



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município**

PROJETO DE LEI Nº 7264/2025



MENSAGEM

Senhor Presidente,
Excelentíssimos Senhores Vereadores e Vereadoras,

Submete-se à elevada consideração de Vossas Excelências o anexo Projeto de Lei que dispõe sobre a afetação de área de terra do perímetro urbano como via pública e dá outras providências.

A presente proposta visa regularizar situação consolidada no espaço urbano do município, referente ao Lote 1-A da Quadra 105 do Setor 03, área que se encontra ocupada pela via pública denominada Avenida 1º de Maio desde, pelo menos, o ano de 2004, configurando hipótese de desapropriação indireta.

Conforme apurado no Processo Administrativo Eletrônico nº 20.036/2023, a situação foi objeto de pedido de indenização pela empresa VICOM Distribuidora Comercial Ltda. - ME. Após análise técnica da Secretaria Municipal de Terras - SEMTER e parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município - PGM, constatou-se a viabilidade urbanística da manutenção do traçado viário e a aplicabilidade do prazo prescricional quanto à indenização pela área.

Em solução equânime, a Administração Municipal reconheceu a desapropriação indireta, a impossibilidade de indenização pela área, em razão da prescrição, e a restituição dos valores de IPTU pagos nos últimos cinco anos, nos termos da legislação tributária.

Cumprir destacar que a empresa VICOM, por meio de declaração datada de 11 de abril de 2025, renunciou de forma irrevogável e irretroatável ao direito de pleitear qualquer indenização administrativa ou judicial, inclusive compensação ou ressarcimento, pela área objeto do presente Projeto de Lei.

Em decorrência, foi editado o Decreto Municipal nº 64.703, de 17 de abril de 2025, que declarou a utilidade pública do imóvel para fins de desapropriação indireta e determinou sua afetação como prolongamento da Rua 314-A.

O Projeto de Lei ora submetido a esta Casa Legislativa consolida e dá suporte legal definitivo a todo o iter procedimental, desafetando a área de domínio privado e afetando-a ao domínio público para fins de sistema viário, sem qualquer ônus para os cofres públicos, em razão da renúncia expressa da empresa interessada e do trânsito em julgado da questão indenizatória.

A medida atende ao interesse público, consolida o traçado urbano e confere segurança jurídica a uma situação factualmente consolidada há décadas, em estrita observância aos princípios da legalidade, moralidade e economicidade que regem a Administração Pública, razão pela qual submete-se a matéria a aprovação desta Casa de Leis na forma regimental;

Atenciosamente,

FLORI CORDEIRO DE MIRANDA JUNIOR
Prefeito



Assinado por:
MUNICÍPIO DE VILHENA
FLORI CORDEIRO DE MIRANDA JUNIOR



21/10/2025 12:26:20

<https://vilhena.oxi.eletronic.com.br/protocolo/consulta-autenticidade?identificacao=9ae67a19-4c86-4530-a252-89044b6e20d>
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE





**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município**



PROJETO DE LEI **7264**, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE AFETAÇÃO DE ÁREA DE TERRA
DO PERÍMETRO URBANO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

LEI:

Art. 1º Fica afetada como Via Pública, prolongamento da Rua 314-A, Setor 03, a área de terra do perímetro urbano, identificada como Lote 1-A da Quadra 105 do Setor 03, com superfície de 371,5360 m² (trezentos e setenta e um metros quadrados, cinquenta e três decímetros quadrados e sessenta centímetros quadrados), nos termos do Decreto Municipal nº 64.703, de 17 de abril de 2025.

Art. 2º A afetação de que trata o Art. 1º desta Lei não acarretará ônus para os cofres públicos, em decorrência da renúncia irrevogável e irretroatável de direito a qualquer espécie de indenização, compensação ou ressarcimento pela parte interessada.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Terras e a Secretaria Municipal de Fazenda adotarão as medidas necessárias para o cumprimento do disposto nesta Lei, incluindo o registro dos atos nos cartórios competentes e o cancelamento da cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano incidente sobre o imóvel.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal
Vilhena, 21 de outubro de 2025

FLORI CORDEIRO DE MIRANDA JUNIOR

Prefeito



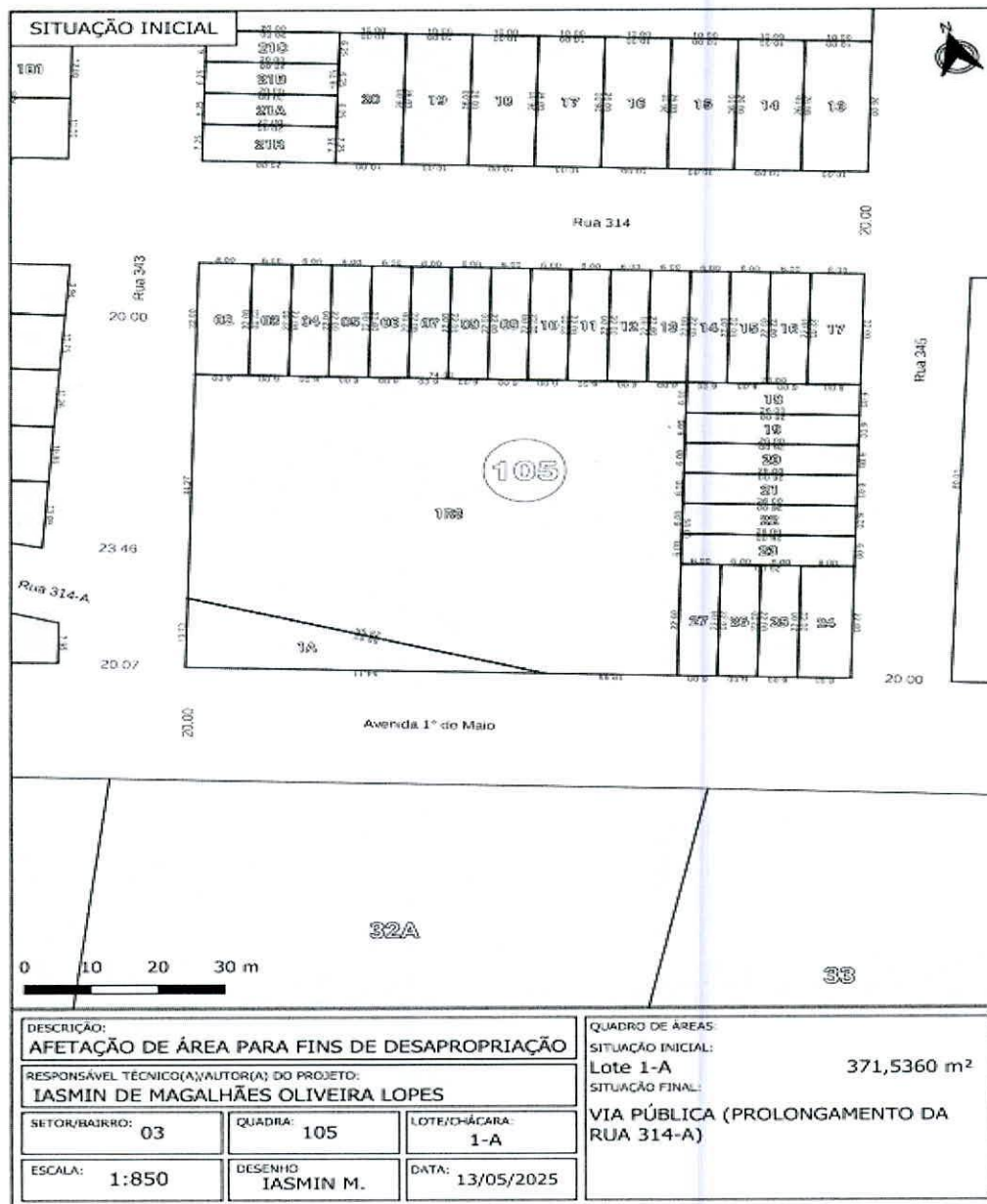


**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município**



PROJETO DE LEI 7-264, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025

**ANEXO I
MEMORIAL DESCRITIVO DA SITUAÇÃO INICIAL DO LOTE 1 - A**



Gabinete do Prefeito, Paço Municipal

Vilhena, 21 de outubro de 2025



FLORI CORDEIRO DE MIRANDA JUNIOR

Prefeito



DATA DE PAGAMENTO	VALOR	VALOR ATUALIZADO	DATA DA ATUALIZAÇÃO
03/05/2019	185,02	395,26	21/05/2024
13/03/2020	431,15	836,93	21/05/2024
11/02/2021	437,48	754,43	21/05/2024
06/03/2023	519,79	625,99	21/05/2024
30/03/2022	64,02	88,81	21/05/2024
03/05/2022	63,92	86,3	21/05/2024
02/06/2022	63,92	85,13	21/05/2024
04/07/2022	63,92	83,82	21/05/2024
10/08/2022	63,92	83,06	21/05/2024
09/09/2022	63,92	82,89	21/05/2024
10/10/2022	63,92	82,37	21/05/2024
07/11/2022	63,92	81,55	21/05/2024
TOTAL	2.084,90	3.286,54	

Prefeitura de Vilhena
Este documento foi assinado digitalmente por LORENA HORBACH (CPF ###.912-##), em 22/05/2024 - 10:18, e pode ser validado pelo QR Code ao lado e ou pelo link: <https://signpmvilhena.lxsistemas.com.br/documento/documentoAssinado/339545>. Folha 1 de 13





Cálculo de Atualização Monetária

Dados básicos informados para cálculo

Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 185,02
Indexador e metodologia de cálculo	IPCA-E (IBGE) - Calculado pro-rata die.
Período da correção	03/05/2019 a 01/05/2024
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	03/05/2019 a 21/05/2024

Dados calculados

Fator de correção do período	1825 dias	1,322788
Percentual correspondente	1825 dias	32,278827 %
Valor corrigido para 01/05/2024	(=)	R\$ 244,74
Juros(1845 dias-61,50000%)	(+)	R\$ 150,52
Sub Total	(=)	R\$ 395,26
Valor total	(=)	R\$ 395,26

[Retornar](#) [Imprimir](#)





Cálculo de Atualização Monetária



Dados básicos informados para cálculo

Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 431,15
Indexador e metodologia de cálculo	IPCA-E (IBGE) - Calculado pro-rata die.
Período da correção	13/03/2020 a 01/05/2024
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	13/03/2020 a 21/05/2024

Dados calculados

Fator de correção do período	1510 dias	1,285543
Percentual correspondente	1510 dias	28,554259 %
Valor corrigido para 01/05/2024	(=)	R\$ 554,26
Juros(1530 dias-51,00000%)	(+)	R\$ 282,67
Sub Total	(=)	R\$ 836,93
Valor total	(=)	R\$ 836,93

[Retornar](#) [Imprimir](#)

Prefeitura de Vilhena
Este documento foi assinado digitalmente por LORENA HORBACH (CPF ###.###.912-##), em 22/05/2024 - 10:18, e pode ser validado pelo QR Code ao lado e ou pelo link: <https://sigpnmvilhena.xsistemas.com.br/documento/documentoAssinado/339545>, Folha 3 de 13





Cálculo de Atualização Monetária



Dados básicos informados para cálculo

Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 437,48
Indexador e metodologia de cálculo	IPCA-E (IBGE) - Calculado pro-rata die.
Período da correção	11/02/2021 a 01/05/2024
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	11/02/2021 a 21/05/2024

Dados calculados

Fator de correção do período	1175 dias	1,233241
Percentual correspondente	1175 dias	23,324072 %
Valor corrigido para 01/05/2024	(=)	R\$ 539,52
Juros(1195 dias-39,83333%)	(+)	R\$ 214,91
Sub Total	(=)	R\$ 754,43
Valor total	(=)	R\$ 754,43

[Retornar](#) [Imprimir](#)





Cálculo de Atualização Monetária

Dados básicos informados para cálculo

Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 519,79
Indexador e metodologia de cálculo	IPCA-E (IBGE) - Calculado pro-rata die.
Período da correção	06/03/2023 a 01/05/2024
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	06/03/2023 a 21/05/2024

Dados calculados

Fator de correção do período	422 dias	1,049662
Percentual correspondente	422 dias	4,966219 %
Valor corrigido para 01/05/2024	(=)	R\$ 545,60
Juros(422 dias-14,73333%)	(+)	R\$ 80,39
Sub Total	(=)	R\$ 625,99
Valor total	(=)	R\$ 625,99

[Retornar](#) [Imprimir](#)



Cálculo de Atualização Monetária



Dados básicos informados para cálculo

Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 64,02
Indexador e metodologia de cálculo	IPCA-E (IBGE) - Calculado pro-rata die.
Período da correção	30/03/2022 a 01/05/2024
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	30/03/2022 a 21/05/2024

Dados calculados

Fator de correção do período	763 dias	1,100199
Percentual correspondente	763 dias	10,019944 %
Valor corrigido para 01/05/2024	(=)	R\$ 70,43
Juros(783 dias-26,10000%)	(+)	R\$ 18,38
Sub Total	(=)	R\$ 88,81
Valor total	(=)	R\$ 88,81

[Retornar](#) [Imprimir](#)





Cálculo de Atualização Monetária



Dados básicos informados para cálculo

Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 63,92
Indexador e metodologia de cálculo	IPCA-E (IBGE) - Calculado pro-rata die.
Período da correção	03/05/2022 a 01/05/2024
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	03/05/2022 a 21/05/2024

Dados calculados

Fator de correção do período	729 dias	1,080420
Percentual correspondente	729 dias	8,042003 %
Valor corrigido para 01/05/2024	(=)	R\$ 69,06
Juros(749 dias-24,96667%)	(+)	R\$ 17,24
Sub Total	(=)	R\$ 86,30
Valor total	(=)	R\$ 86,30

[Retornar](#) [Imprimir](#)

Prefeitura de Vilhena
Este documento foi assinado digitalmente por LORENA HORBACH (CPF ###.###.912-##), em 22/05/2024 - 10:18, e pode ser validado pelo QR Code ao lado e ou pelo link: <https://sigpmvilhena.lxsistemas.com.br/documento/documentoAssinado/339545>. Folha 7 de 13





Cálculo de Atualização Monetária

Dados básicos informados para cálculo

Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 63,92
Indexador e metodologia de cálculo	IPCA-E (IBGE) - Calculado pro-rata die.
Período da correção	02/06/2022 a 01/05/2024
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	02/06/2022 a 21/05/2024

Dados calculados

Fator de correção do período	699 dias	1,074244
Percentual correspondente	699 dias	7,424440 %
Valor corrigido para 01/05/2024	(=)	R\$ 68,67
Juros(719 dias-23,96667%)	(+)	R\$ 16,46
Sub Total	(=)	R\$ 85,13
Valor total	(=)	R\$ 85,13

[Retornar](#) [Imprimir](#)





Cálculo de Atualização Monetária

Dados básicos informados para cálculo

Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 63,92
Indexador e metodologia de cálculo	IPCA-E (IBGE) - Calculado pro-rata die.
Período da correção	04/07/2022 a 01/05/2024
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	04/07/2022 a 21/05/2024

Dados calculados

Fator de correção do período	667 dias	1,066993
Percentual correspondente	667 dias	6,699332 %
Valor corrigido para 01/05/2024	(=)	R\$ 68,20
Juros(687 dias-22,90000%)	(+)	R\$ 15,62
Sub Total	(=)	R\$ 83,82
Valor total	(=)	R\$ 83,82

[Retornar](#) [Imprimir](#)

Este documento foi assinado digitalmente por LORENA HORBACH (CPF ###.###.912-##), em 22/05/2024 - 10:18, e pode ser validado pelo QR Code ao lado e ou pelo link: <https://signprivilhena.lxsistemas.com.br/documento/documentoAssinado/339545>. Folha 9 de 13

Prefeitura de Vilhena





Cálculo de Atualização Monetária

Dados básicos informados para cálculo

Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 63,92
Indexador e metodologia de cálculo	IPCA-E (IBGE) - Calculado pro-rata die.
Período da correção	10/08/2022 a 01/05/2024
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	10/08/2022 a 21/05/2024

Dados calculados

Fator de correção do período	630 dias	1,068011
Percentual correspondente	630 dias	6,801140 %
Valor corrigido para 01/05/2024	(=)	R\$ 68,27
Juros(650 dias-21,66667%)	(+)	R\$ 14,79
Sub Total	(=)	R\$ 83,06
Valor total	(=)	R\$ 83,06

[Retornar](#) [Imprimir](#)

Prefeitura de Vilhena
Este documento foi assinado digitalmente por LORENA HORBACH (CPF ###.912-##), em 22/05/2024 - 10:18, e pode ser validado pelo QR Code ao lado e ou pelo link: <https://sigrprivilhena.lxsistemas.com.br/documento/documentoAssinado/339545>. Folha 10 de 13





Cálculo de Atualização Monetária



Dados básicos informados para cálculo

Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 63,92
Indexador e metodologia de cálculo	IPCA-E (IBGE) - Calculado pro-rata die.
Período da correção	09/09/2022 a 01/05/2024
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	09/09/2022 a 21/05/2024

Dados calculados

Fator de correção do período	600 dias	1,074641
Percentual correspondente	600 dias	7,464090 %
Valor corrigido para 01/05/2024	(=)	R\$ 68,69
Juros(620 dias-20,66667%)	(+)	R\$ 14,20
Sub Total	(=)	R\$ 82,89
Valor total	(=)	R\$ 82,89

[Retornar](#) [Imprimir](#)



Cálculo de Atualização Monetária



Dados básicos informados para cálculo

Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 63,92
Indexador e metodologia de cálculo	IPCA-E (IBGE) - Calculado pro-rata die.
Período da correção	10/10/2022 a 01/05/2024
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	10/10/2022 a 21/05/2024

Dados calculados

Fator de correção do período	569 dias	1,077066
Percentual correspondente	569 dias	7,706611 %
Valor corrigido para 01/05/2024	(=)	R\$ 68,85
Juros(589 dias-19,63333%)	(+)	R\$ 13,52
Sub Total	(=)	R\$ 82,37
Valor total	(=)	R\$ 82,37

[Retornar](#) [Imprimir](#)



Cálculo de Atualização Monetária



Dados básicos informados para cálculo

Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 63,92
Indexador e metodologia de cálculo	IPCA-E (IBGE) - Calculado pro-rata die.
Período da correção	07/11/2022 a 01/05/2024
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	07/11/2022 a 21/05/2024

Dados calculados

Fator de correção do período	541 dias	1,074708
Percentual correspondente	541 dias	7,470800 %
Valor corrigido para 01/05/2024	(=)	R\$ 68,70
Juros(561 dias-18,70000%)	(+)	R\$ 12,85
Sub Total	(=)	R\$ 81,55
Valor total	(=)	R\$ 81,55

[Retornar](#) [Imprimir](#)

Prefeitura de Vilhena
Este documento foi assinado digitalmente por LORENA HORBACH (CPF ###.###.912-##), em 22/05/2024 - 10:18, e pode ser validado pelo QR Code ao lado e ou pelo link: <https://signpmvilhena.lksistemas.com.br/documento/documentoAssinado/339545>. Folha 13 de 13



DECLARAÇÃO



VICOM DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.214.101/0001-89, representada nesse ato por suas sócias, **VERA LUCIA TOFOLO**, brasileira, viúva, inscrita no RG [REDACTED] SSPRO, CPF nº [REDACTED] e **NICIA TOFOLO LUZ**, brasileira, enfermeira, inscrita no RG [REDACTED] SSPRO, CPF nº [REDACTED], ambas residentes e domiciliadas na Av. [REDACTED] bairro [REDACTED] na qualidade de legítima proprietária do imóvel identificado como Lote 0A, da Quadra 105, do Setor 03, Município de Vilhena – RO, o qual se encontra sobreposto, ainda que parcialmente, pela Avenida 1º de Maio, vêm, por meio desta, declararem de livre e espontânea vontade que:

RENUNCIAM, de forma irrevogável e irretratável, a qualquer direito de pleito judicial ou administrativo relacionado à desapropriação indireta do referido lote, inclusive a qualquer espécie de indenização, compensação ou ressarcimento por sua eventual utilização pelo Poder Público.

Declaram, ainda, que esta renúncia decorre de expressa vontade, livre de qualquer vício de consentimento.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração para que surta os efeitos legais cabíveis.

Vilhena - RO, 11 de abril de 2025.

Vera Lucia Tofole

VERA LUCIA TOFOLO

Nícia Tofole Luz

NICIA TOFOLO LUZ



MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
Gabinete do Prefeito



DECRETO Nº 64.703, DE 17 DE ABRIL DE 2025

DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA DO IMÓVEL IDENTIFICADO COMO LOTE 01-A DA QUADRA 105 DO SETOR 3.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VILHENA, Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, art. 96, da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 5º, alínea "i", do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

CONSIDERANDO que a ocupação da via pública está consolidada desde 2004 e o desenho geométrico urbanístico atende a função de comunicação e conexão com a rede viária, de acordo com a Ordem nº 518972 no Processo Administrativo Eletrônico nº 20.036/2023; e

CONSIDERANDO que a Vicom Distribuidora Comercial Ltda-ME, representada por suas sócias, renunciou de forma irrevogável e irretroatável o direito de pleito administrativo ou judicial, inclusive a qualquer espécie de indenização, compensação ou ressarcimento nos termos da Ordem nº 1032311 no Processo Administrativo Eletrônico nº 20.036/2023,

DECRETA:

Art. 1º A declaração de utilidade pública para fins de desapropriação indireta do imóvel identificado como Lote 01-A da Quadra 105 do Setor 3, com área de 371,5360m² (trezentos e sessenta e um metros quadrados, cinquenta e três decímetros quadrados e sessenta centímetros quadrados) e perímetro de 123,67m (cento e vinte e três metros e sessenta e sete centímetros) e a consequente afetação como prolongamento da **Rua 314-A**.

§ 1º A desapropriação não acarretará indenização em decorrência da passagem do prazo prescricional e da renúncia expressa da Vicom Distribuidora Comercial Ltda-ME.

§ 2º A área objeto da desapropriação está em sobreposição consolidada na via pública denominada **Avenida 1º de Maio**.

§ 3º A Secretaria Municipal de Terras deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, tomar as medidas necessárias para o cumprimento deste Decreto, inclusive o registro de escritura pública nos cartórios competentes.

§ 4º A Secretaria Municipal de Fazenda deixará de cobrar o Imposto Predial e Territorial Urbana do imóvel referido no *caput* deste artigo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal.
Vilhena - RO, 17 de abril de 2025.



Flori Cordeiro de Miranda Junior
PREFEITO

V.C.B.



DESPACHO

Autos n. 00020036/2023

Bem lido o presente feito, decido:

- a) reconhecer a desapropriação indireta que, no entanto, não pode ser indenizada tendo em vista a passagem de prazo prescricional;
- b) em decorrência do presente reconhecimento, determinar a confecção do que necessário, inclusive de escrituras públicas nesse sentido;
- c) determinar ao setor fazendário que deixe de cobrar IPTU da área mencionada nestes autos;
- d) calcule-se o valor a ser devolvido, para os últimos cinco anos, de IPTU sobre a área que foi desapropriada indiretamente, promovendo-se a repetição do indébito, na forma da lei.

Cumpra-se.

Vilhena, 15 de maio de 2024.

FLORI CORDEIRO
Prefeito Municipal



**PREFEITURA DE
VILHENA**
PROCURADORIA



DE: SUBPROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
PARA: GABINETE DO PREFEITO – ATOS E DECRETOS

PROCESSO: 20036/2023

1. O processo administrativo 20.036/2023 veio a esta PGM para manifestação sobre providências a serem adotadas quanto ao presente feito.
2. Verifico que a determinação “d” já foi cumprida conforme movimentação processual id 672387.
3. Quanto às determinações “a” e “b, o reconhecimento deverá ser por decreto do Chefe do Executivo, “c” a SEMFAZ deverá abster de efetuar cobrança da área mencionada
4. Assim, segue o feito para confecção do ato devido, Decreto constando, se possível, a concordância do interessado em não mais pleitear indenizações por deliberação própria.
5. É o que temos a manifestar, SMJ.
6. Vilhena – RO, 17/03/2025

Tiago Cavalcanti Lima de Holanda
Advogado público - Subprocurador Geral do Município
OAB/RO 3699



**PODER EXECUTIVO
MUNICIPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**



**DE: SEMFAZ/TRIBUTAÇÃO
PARA: CONTABILIDADE**

Com os nossos cordiais cumprimentos, estamos encaminhando o presente processo para as providências, a saber:

Conforme solicitado no despacho no ID 664613, para devolução de IPTU dos últimos 5 anos, os valores deverão ser corrigidos pelo mesmo índice de atualização, conforme art. 168 da Lei Complementar 256/2017 referente IPTU 2019 a 2023, referente imóvel denominado setor 03, quadra 105, lote 1A..

Sendo assim solicitamos que a contabilidade realize o calculo da atualização e posterior enviar os autos a tributação.

Vilhena-RO, 20 de maio de 2024.





MUNICIPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

DESPACHO

DE: SEMFAZ/CONTABILIDADE
PARA: CONTROLADORIA DE LICITAÇÕES



Com os nossos cordiais cumprimentos, estamos encaminhando o presente processo para as providências, a saber:

Conforme número de ordem 864613. Segue para cumprimento do Item b

Segue para as providências necessárias.

Vilhena-RO, 17/03/2025

Lorena Horbach
Contadora



DREI

68/881 58 8884



Prefeitura de Vilhena
Este documento foi assinado
pelo link: https://signpm

ENA

Processo: 1914 Ano: 2021 Tipo: 1 GERAL 30/03/2021 12:55
Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Arquivo

Interessado: 3166 VICOM DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA EPP

Anexo: REF. INDENIZAÇÃO MONETARIA DO IMOVEL E DEVOLUÇÃO
VALOR INTEGRAL DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL
URBANO (IPTU) LOTE- 01 A QUADRA- 105 SETOR-03

1914X2021X1

MOVIMENTAÇÃO DO PROCESSO

Destino	Data	Destino	Data
1 Sanfos	30/03/2021	26	
2 Semter	26-04-2021	27	
3 Sanfos	03-02-22	28	
4 Sanfos	04/07/2022	29	
5 Sanfos	31/03/2022	30	
6 Semter	18-05-22	31	
7 PGM	24-11-22	32	
8 Semter	04-12-22	33	
9		34	
10		35	
11		36	
12		37	
13		38	
14		39	
15		40	
16		41	
17		42	
18		43	
19		44	
20		45	
21		46	

REQUERIMENTO



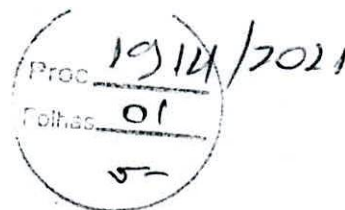
Vilhena/RO., 08 de março de 2020

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

Secretaria Municipal de Administração

Nesta



VICOM DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA, empresa jurídica e de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 05.214.101/0001-89, neste ato representada pela sócia Sra. VERA LÚCIA TÓFOLO, brasileira, divorciada, aposentada, portadora do RG nº [REDACTED] SSP/RO e inscrita no CPF [REDACTED], vem através deste REQUERER a abertura do processo para indenização monetária do imóvel e devolução do valor integral do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), cuja descrição é LOTE 1A – QUADRA 105 – SETOR 03, cadastro nº 30504, onde vem desde o ano de 2008, sendo cobrado indevidamente, pois justamente sobre o imóvel é via pública onde passa a Avenida Primeiro de Maio. Este imóvel é de propriedade do REQUERENTE desde 05 de maio de 2008, conforme Escritura Pública em anexo.

O ressarcimento deverá ser feito através do BANCO BRADESCO – Ag. [REDACTED] Conta Corrente [REDACTED] Favorecido: VERA LÚCIA TÓFOLO.

Nestes termos

Peço deferimento

Vera Lúcia Tófolo

VICOM DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA

VERA LÚCIA TÓFOLO

CPF [REDACTED]

69 9- 8158 98 89

3322 7566



1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIS DAS PESSOAS JURÍDICAS DE VILHENA/RO

Rafaela Yokota dos Santos

"Fosso todas as coisas naquele que me fortalece." (Filip 4:13)

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

PROC 1514/21

FOLHAS 02

Livro 2 de Registro Geral

Matrícula nº: 28.951

Data: 21 de janeiro de 2011

Ficha nº: 1



Imóvel: Lote Urbano nº 01-A (um "a"), da Quadra 105 (cento e cinco), do Setor 03 (três), localizado na cidade de Vilhena - Estado de Rondônia, com as seguintes características, limites e confrontações: área: 371,5360 m² (trezentos e setenta e um metros quadrados, cinquenta e três decímetros quadrados e sessenta centímetros quadrados). Perímetro de 123,67 m. Lote de Esquina. Lado: Ímpar. Ao NORTE (direita): Com parte do Lote 01-R - (55,83 m); ao SUL (esquerda): Com a Avenida 1º de Maio - (54,11 m) e a OESTE (frente): Com a Rua 343 - (13,73 m). Proprietária: VICOM DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 05.214.101/0001-89, firma jurídica, com seu contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de Rondônia sob nº 2.1943, em sessão de 13.04.1977, substituído pelo nº 112.0000790-3, de acordo com a INRC e 27ª alteração contratual registrada sob nº 110312584 em 27/11/2006, com sede na Avenida Celso Mazutti, nº 4913, Loja 01, Bairro Centro, nesta cidade de Vilhena/RO, neste ato representada por seu sócio o Sr. PAULO ROBERTO GASPARIAN, brasileiro, divorciado, advogado, portador da CI.RG nº [REDACTED], inscrito no CPF nº [REDACTED]. Matrícula Anterior sob o número 3371, no Livro "2", no Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Vilhena/RO. Protocolo nº 45.259, em 19/01/2011, no Livro 1-A. Selo de Fiscalização nº G7AA4429. Emolumentos: R\$ 121,48; Custas: R\$ 24,30; Selo: R\$ 0,69. A Oficial Substituta *Rafaela Yokota dos Santos*.

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE VILHENA/RO

CERTIDÃO

A presente certidão, extraída por processo reprográfico, foi expedida de acordo com o Art. 19, § 1º da Lei 6.015/73, estando de conformidade com o original arquivado nesta Serventia. Certifico que o imóvel objeto da presente Certidão encontra-se LIVRE E DESEMPARAÇÃO DE QUAISQUER ÔNUS REAIS, LEGAIS E CONVENCIONAIS. Conforme Decreto 93.240, Art. 1º, IV, de 09/09/1986, válida por 30 dias. Vilhena/RO, 26 de outubro de 2020. Emolumentos: do Oficial: R\$ 20,97; FUJU: R\$ 4,19; FUNDEP: R\$ 0,84; FUNDIMPER: R\$ 1,57; FUMORPEG: R\$ 0,63; Selo: R\$ 1,12; Total: R\$ 29,32

Aruana Palma Spinel de Almeida, A Escrevente Autorizada *[Assinatura]*

As Certidões do Registro de Imóveis podem ser solicitadas eletronicamente pela plataforma: <https://www.registrodeimoveis.org.br>

Poder Judiciário - TJRO
Corregedoria Geral da Justiça Selo
Digital de Fiscalização nº
G7AAP38348611B1

Confira a validade em www.tjro.jus.br/consultaselo





EM BRANCO

EM BRANCO

CEI 182504042007130790000138

100,15R\$1902

P. M. DE VILHENA
IMPOSTO PREDIAL

100009146 2007 01 000

000003 000105 000001

Única 05-04-2007

R\$ 159,52

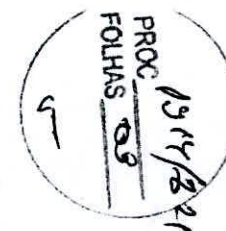
R\$ 100,15

AGRO INDUSTRIAL IQM
AVENIDA 1 DE MAIO
TANCREDO NEVES
QUADRA COMPLETA

OPTE PELO PAGTO EM COTA ÚNICA
5% DE DESCONTO

DT/DL=Compensação con

PAGUE NAS LOTÉRICAS, BANCO
VIA CONTRIB



P. M. DE VILHENA IMPOSTO PREDIAL		Exercício	
01/02/2008 07:47:00		2008	
Cadastro/Ano/Div/Sub	DR	-83,86	
100009146 2008 01 000	EP	1,80	
Sector - Quadra/Lote/Un.	IP	284,70	
000003 000105 000001	D.CT	-56,94	
Parcela Única	Total Geral:		145,70
Vencimento	05/03/2008		
Valor R\$	286,50		
Valor a Pagar R\$	145,70		
Caso optar pelo parcelamento, procure a Semfaz			

AGRO INDUSTRIAL IQUE LTDA
AVENIDA 1 DE MAIO
PRESIDENTE TANCREDO NEVES
QUADRA COMPLETA

Sr Contrib. opte pelo pagto em cota unica com 20% de desc. ou parcelado em 6 vezes com 5% de desc.

DT/DL=Compensação conf. proc. 014.99.002832-5 - 3ª vara Cível

PAGUE NAS LOTÉRICAS, BANCO DO BRASIL, BASA., CORREIOS e CAIXA
VIA CONTRIBUINTE VIA BANCO

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

OUIDORIA CAIXA 0800 725 7474

065-412120574-9

05/mar/2008

HORA DF 11:36:50

LOT. 32.006843-9

TERM 012493

LOCALIDADE: VILHENA

AG. VINCULADA: 1825

COMPROVANTE DE PAGAMENTO
PM DE VILHENA

VALOR DO PAGAMENTO: 145,70

817100000014 457047682002
803059999083 000080320013

065-412120574-9

VIA DO CLIENTE



P. M. DE VILHENA IMPOSTO PREDIAL		Exercicio	
13/02/2009 09:27:04		2009	
Cadastro/Ano/Div/Sub		DR	-89,04
100009146 2009 01 000		EP	1,80
Setor - Quadra/Lote/Un.		IP	284,70
000003 000105 000001		D.CT	-56,94
Parcela Unica Vencimento		Total Geral:	140,52
05/03/2009			
Valor R\$	286,50		
Valor a Pagar R\$	140,52	Caso optar pelo parcelamento, procure a Semfaz	

AGRO INDUSTRIAL IQUE LTDA
AVENIDA 1 DE MAIO
PRESIDENTE TANCREDO NEVES
QUADRA COMPLETA



DT/DL=Compensação conf. proc. 014.99.002832-5 - 3ª vara Cível VH

PAGUE NAS LOTÉRICAS, BANCO DO BRASIL, BASA e CAIXA
VIA CONTRIBUINTE

VIA BANCO

CADASTRO		IPTU 2010	
1 00009146		<small>semfaz@vilhena.ro.gov.br - www.vilhena.ro.gov.br - Fone: 3619-7012</small> <small>Data/hora Impressão: 23/03/2010 09:56:01</small>	
Ano/Divida/SubDivida		IMPOSTO PREDIAL	
2010	01 000	DR	-92,97
Setor - Quadra - Lote		EP	1,89
000003 000105 000001		IP	284,70
Parcela	Vencimento	D.CT	-85,41
ÚNICA	05/04/2010	Total Geral:	-108,21
Valor Original	286,59		
Valor a Pagar R\$	108,21	SR. CAIXA: NÃO RECEBER APOS O VENCIMENTO	

Senhor Contribuinte: Opte pelo pagamento em COTA ÚNICA com 30% de desconto, ou PARCELADO em 6 vezes com 20% de desconto

DR=Compensação conf. proc. 014.99.002832-5 - 3ª vara Cível/Vilhena

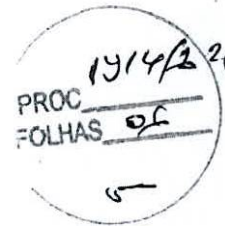
VICOM - DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA - EPP

AVENIDA 1 DE MAIO

PRESIDENTE TANCREDO NEVES

QUADRA COMPLETA

VIA CONTRIBUINTE



31/03/2010 BANCO DO BRASIL
118212100
QUADRA COMPLETA

COMPROVANTE DE PAGAMENTO COM COTA ÚNICA

CONVENIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

RECEBIMOS DO CONTRIBUINTE O VALOR DE R\$ 108,21

DATA DO PAGAMENTO: 23/03/2010

VALOR DO PAGAMENTO: R\$ 108,21

NR. AUTENTICAÇÃO: 7.000.780.400.000.000



VIA CONTRIBUINTE

COMPTONVILLE DE PROGRAMMER COM C++/JAVA

convenio	14411100000000000000	00000000000000000000
Código de Barras	81200000000000000000	00000000000000000000
data do pagamento	01/05/2011	
Valor em Dinheiro	100,00	
Valor em Cheque	0,00	
Valor total	100,00	
PAR AUTENTICAÇÃO		00000000000000000000

PREFEITURA DE VILHENA - RO			
IPTU 2012			
VICOM - DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA - EPP			
Cadastro Municipal		Setor	Quadra
1	00030504	000003	000105
		Lote	00001A
IMPOSTO TERRITORIAL		Vencimento	
ET	2,10	05/03/2012	
IT	77,22	Divida	SubDivida
	-30,90	02	000
Total Geral:	48,42	Parcela ÚNICA	
		Valor Original:	
		79,11	
Nº Sequência 00010550001 1		Valor Desconto R\$	
		-30,90	
Impresso por: C.A.B		Valor a Pagar R\$	
Data/hora Impressão: 24/01/2012 08:30:25		48,42	
Observações			
PAGUE NOS SEGUINTE LOCAIS: BANCO DA AMAZÔNIA, BANCO DO BRASIL, BANCO ITAÚ, CAIXA, CREDISUL, HSBC E LOTÉRICAS:			
SR. CAIXA: NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO			

VIA CONTRIBUINTE

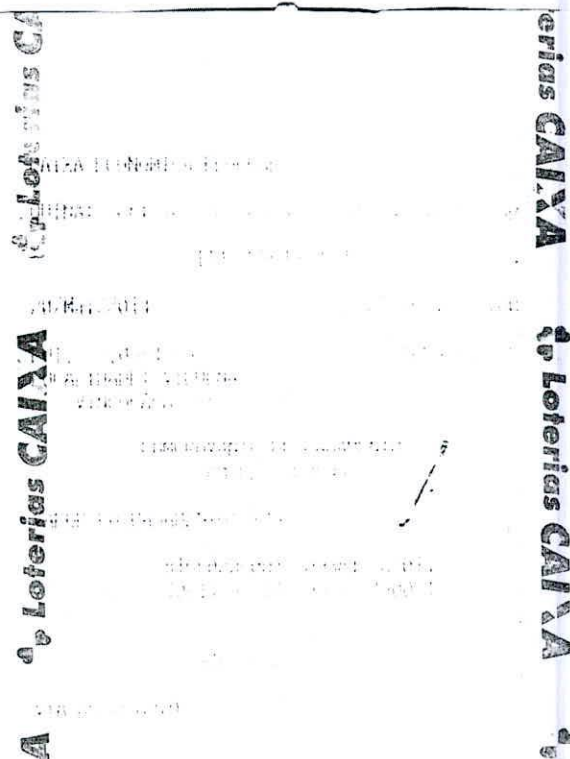
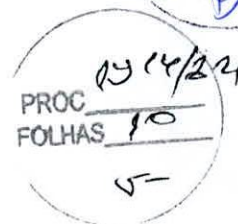


07/03/2012 BANCO DO BRASIL 15:10:27
119.10150 0162

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD BARRA

Convenio: PREFEITURA MUNICIPAL DE V
Codigo de Barras 81/00000000 7 484,42 05/03/2012
2030599912 8 00010550001 1
Data do pagamento 05/03/2012
Valor em Dinheiro 48,42
Valor em Cheque 0,00
Valor Total 48,42
NR. AUTENTICAÇÃO 0,14A, 802, 6 02, 110, TAB

MUNICÍPIO DE VILHENA - RO				2014	
REPARCELAMENTO IMP. TERRITORIAL					
ET	15,06	Tipo:	1	Cadastro: (Para uso Internet)	Z.F.
IT	89,08			00030504	03
JR	0,52	SETOR: 000003 QUADRA: 000105 LOTE: 00001A			
MU	5,22	Dívida	82	SubDívida	000
Desconto:	0,00			PARCELA	1
Valor Total:	109,88	Sequência Código de Barras	00295743002 4		
		Vencimento	14/06/2014		
		Valor Original	109,88	Valor Juros	0,00
		Valor Multa	0,00	Valor Desconto	0,00
		Correção	0,00	Valor a Pagar	109,88
<p>PAGUE NO BANCO DA AMAZÔNIA, BANCO DO BRASIL, CAIXA, CREDISUL, HSBC, ITAÚ E LOTÉRICAS.</p> <p>SR. CAIXA: NÃO RECEBER APÓS VENCIMENTO</p> <p>Impresso por T.G.B - Em 20/05/2014 às 08:41:42 hs</p>					
Reparcelamento do(s) Ano(s): 2014 - Dívida(s): 02 - Usuário: THARRUAN					
VICOM - DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA - EPP AVENIDA 1 DE MAIO, nº: , - PRESIDENTE TANCREDO NEVES - VILHENA/RO, CEP.: 76.980-000					
				CPF/CNPJ	05214101000189
VIA CONTRIBUINTE - ATENÇÃO: APÓS VENCIMENTO 10% DE MULTA E 0,5% DE JUROS AO MÊS					



MUNICÍPIO DE VILHENA - RO IPTU - TERRITORIAL 2015

ET	2,61	Tipo: Cadastro (para acesso na internet): 1 00030504	CGCM:	000000000000008370
IT	89,07		SETOR: 000003	QUADRA: 105
	-17,81		LOTE: 1A	
Total Geral:	73,87	Divida	SubDivida	Parcela
		02	000	COTA ÚNICA
		Nº Sequência:	Vencimento	
		00004459009 9	16/03/2015	
		Desconto normal R\$	Desconto IPTU 2014 em dia R\$	
		8,91	8,91	
		Valor Original:	Valor a pagar R\$:	
		91,58	73,87	

PAGUE NO BANCO DA AMAZÔNIA, BANCO DO BRASIL, BANCO ITAÚ, CAIXA, CREDISUL, HSBC, SICREDI E LOTÉRICAS.

ATENÇÃO SR(A). CAIXA: NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO

Impresso por: prado Data/hora impressão: 09/02/2015 / 12:57:57

VICOM - DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA - EPP

CPF/CNPJ: 05214101000189

AVENIDA 1º DE MAIO, nº: , - PRESIDENTE TANCREDO NEVES - VILHENA/RO, CEP.: 76.980-000

Valor do desconto IPTU Verde R\$:

Para verificação ou impressão de débitos acesse: www.vilhena.ro.gov.br - clique em TRIBUTOS



Loterias CAIXA

Loterias CAIXA

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado, às 19h

051-550356245-0

07/ev/2015

HORA DE 11:28:05

QT. 32.05843-9

TERM 016010

LOCALIDADE: VILHENA

S. VINCULADA: 1525

COMPROVANTE DE PAGAMENTO
PM DE VILHENA

VALOR DO PAGAMENTO: 73,67

816500000004 736747682016

503169999151 000044590099

051 550356245-0

ASSINATURA DO CLIENTE

Para mais informações de dígitos acesse: www.vilhena.ro.gov.br - clique em TRIBUTOS

Loterias CAIXA

Loterias CA



MUNICÍPIO DE VILHENA - RO			
IPTU - TERRITORIAL		2016	
ET	2,88	Tip	Cadastro (para acesso na internet)
IT	96,13	1	00030504
	-19,23	CGCM: 00000000000008370	
Total Geral:	79,78	SETOR: 000003	QUADRA: 105 LOTE: 1A
		Divida	SubDivida
		02	000
		Parcela	
		COTA ÚNICA	
		Nº Sequencia:	Vencimento
		00000101009 9	15/3/2016
		Desconto normal R\$	Desconto IPTU 2015 em dia R\$
		9,62	9,62
		Valor Original:	Valor a Pagar R\$
		99,01	79,78
PAGUE NO BANCO DA AMAZÔNIA, BANCO DO BRASIL, BANCO ITAU, CAIXA, CREDISUL, SICREDI E LOTÉRICAS.			
ATENÇÃO SR(A). CAIXA: NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO			
Impresso por: mirian		Data/hora Impressão: 27/1/2016 / 13:06:36	
VICOM - DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA - EPP			
AVENIDA 1º DE MAIO, nº: , - PRESIDENTE TANCREDO NEVES -			
VILHENA/RO, CEP.: 76.980-000			

Valor do desconto IPTU Verde R\$:

Para verificação ou impressão de débitos acesse: www.vilhena.ro.gov.br - clique em TRIBUTOS
Page 1 of 1



CEF18250202160570790000905

79,78R01001

MUNICÍPIO DE VILHENA - RO			
IPTU - TERRITORIAL 2017			
ET	3,09	Tipo	Cadastro (para acesso na internet)
IT	106,39	1	00030504
	-15,96	CGCM	00000000000008370
Total Geral:	93,52	SETOR	000003 QUADRA 105 LOTE 1A
		02	000
		COTA ÚNICA	
		Nº Sequencial	00025923009 2
		Vencimento	06/03/2017
		Desconto normal R\$	10,64
		Resíduo IPTU 2017 sem des. R\$	5,32
		Valor Original	109,48
		Valor a Pagar R\$:	93,52
PAGUE NO BANCO DO BRASIL, BANCO ITAU, CAIXA, CREDISUL, SICREDI E LOTÉRICAS			
ATENÇÃO SR(A). CAIXA: NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO			
impresso por: L M H Data/hora impressão: 06/02/2017 / 12:17:45			
VICOM - DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA - EPP			
CPF/CNPJ: 05214101000189			
AVENIDA 1º DE MAIO, nº: , - PRESIDENTE TANCREDO NEVES -			
VILHENA/RO, CEP.: 76.980-000			

Valor do desconto IPTU Verde R\$

Para verificação ou impressão de débitos, acesse: www.vilhena.ro.gov.br clique em: TRIBUTOS



CEP: 76.980-000

93,52R\$1003

MUNICÍPIO DE VILHENA - RO			
IPTU - TERRITORIAL 2018			
IT	117,28	CGCM:	00000000000008370
Total Geral:	117,28	00030504	
SETOR: 3		QUADRA: 105	LOTE: 1A
Dívida	SubDívida	Parcela	
02	000	COTA ÚNICA	
Nº Sequência:		Vencimento	
00028579009 3		05/03/2018	
Valor Original:		117,28	
Desconto R\$		Valor a Pagar R\$	
0,00		117,28	
PAGUE NO BANCO DO BRASIL, BANCO ITAÚ, CAIXA, CREDISUL, SICREDI E LOTÉRICAS.			
ATENÇÃO SR(A). CAIXA: NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO			
Impresso por: Bruno Lima		Data/hora Impressão: 07/02/2018 / 11:52:52	
VICOM - DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA - EPP			
CPF/CNPJ: 05214101000189			
AVENIDA PRIMEIRO DE MAIO, nº: 0, - PARQUE INDUSTRIAL TANCREDO			
NEVES - VILHENA/RO, CEP.: 76.980-000			

Para verificação ou impressão de débitos acesse: www.vilhena.ro.gov.br - clique em TRIBUTOS

Page 1 of 1



CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	
QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado	
054-325662703-1	
23/Fev/2018	HORA DE 17:15
LOT. 32.22200-4	TE M 04 143
LOCALIDADE: VILHENA	
R. VINCULADA: 1825	
COMPROVANTE DE PAGAMENTO	
PM DE VILHENA	
VALOR DO PAGAMENTO: 117,28	
816600000011 17284768201	
803059993152 00028579009	
054-325662703-1	
13 VIA	

MUNICÍPIO DE VILHENA - RO			
IPTU - TERRITORIAL 2019			
IL	185,02	1	00030504
IT	121,77	CGCM: 00000000000008370	
	-12,18		
Total Geral:	294,61		
		SETOR: 3	QUADRA: 105 LOTE: 1A
		Divida	SubDivida
		02	001
		COTA ÚNICA	
		Nº Sequência:	Vencimento
		00052134009 1	17/06/2019
		Valor Original:	306,79
		Desconto R\$	Valor a Pagar R\$:
		12,18	294,61
PAGUE NO BANCO DO BRASIL, BANCO ITAÚ, CAIXA, CREDISUL, SICREDI E LOTÉRICAS.			
ATENÇÃO SR(A). CAIXA: NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO			
Impresso por: S.C.R. Data/hora Impressão: 03/05/2019 / 10:50:10			
VICOM - DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA			
CPF/CNPJ: 05214101000185			
AVENIDA PRIMEIRO DE MAIO, nº: 0, - PARQUE INDUSTRIAL TANCREDO NEVES - VILHENA/RO, CEP.: 76.980-000			

Para verificação ou impressão de recibos acesse: www.vilhena.ro.gov.br e clique em TRIBUTOS



03/05/2019 - BANCO DO BRASIL 13:38:18
118.10176 0302

CUMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD. BARRA

Convenio: PREFEITURA MUNICIPAL DE V
Codigo de barras 81680000002-7 94614/68201 1
90617999919-6 00052134009 1
Data do pagamento 03/05/2019
Valor em Dinheiro 294,61
Valor em Cheque 0,00
Valor Total 294,61
AUTENTICACAO 0.410.F.002.012.305

MUNICÍPIO DE VILHENA Secretaria Municipal de Fazenda	
Tributo IMPOSTO TERRITORIAL	
Dados Cadastrais: Cadastro: 30504	
VICOM - DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA	
Exercício: 2020 Dívida: 2 SubDiv: 0 Parcela: 0	
Setor: 003.000 Quadra: 105 Lote: 1A	
Endereço: AV PRIMEIRO DE MAIO, 0	
Bairro: PARQUE INDUSTRIAL TANCREDO NEVES	
Código de Baixa 12000000000053327	Data de Vencimento 16/03/2020
Valor Original R\$ 457,71	Valor Correção Monetária R\$ 0,00
Valor Juros R\$ 0,00	Valor Multa R\$ 0,00
Valor Desconto R\$ R\$ 26,56	
Valor a Pagar R\$ 431,15	
Observações: Não receber após o vencimento.	
Pagável nas Lotérias, Caixa Econômica Federal, Sicoob, Sicredi, Itaú ou Banco do Brasil	

Autenticação Mecânica - Via Contribuinte



13/03/2020 - BANCO DO BRASIL - 13:37:04
118213182 0318

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

Convenio PREFEITURA MUNICIPAL DE V
Codigo de Barras 8165000004-6 31154768202-2
00316120000-5 00000053327-3
Data do pagamento 13/03/2020
Valor em Dinheiro 431,15
Valor em Cheque 0,00
Valor Total 431,15
NR.AUTENTICACAO E.2F8.5C9.78E.B28.332

MUNICÍPIO DE VILHENA
Divisão de Cadastro e Tributação

PAGAMENTO PARCELADO		PAGAMENTO A VISTA COM DESCONTO
Parcela	Vencimento	COTA ÚNICA
		Vencimento: 12/04/2021
		Valor R\$: 437,48
		LOCAL DE PAGAMENTO:
		Pagável nas Loterias, Caixa Econômica Federal, Sicoob, Sicredi, Itaú ou Banco do Brasil
TOTAL ANUAL DO TRIBUTOS		
464,76		

OBRIGADO POR PAGAR SEU DÉBITO EM DIA

Tributo: I.P.T.U 2021 Cadastro: 30504 Inscrição Cadastral: 01.003.000.0105.00001A.001

Endereço do Imóvel: AV PRIMEIRO DE MAIO, 0
Complemento: /
Bairro: PARQUE INDUSTRIAL TANCREDO NEVES Ocupação:

DADOS DO IMÓVEL		TOTAL ANUAL DO TRIBUTOS	
Área Útil Terreno(m²)	371,53	Receita	Valor Isento/Desc.Benef
Área Construída (m²):	0,00	Imposto Territorial Urbano R\$	272,51 0,00
Base de Cálculo (R\$):	27.250,61	Cosip R\$	192,25 0,00
Valor Venal Territorial:	27.250,61	VALOR TOTAL R\$	464,76
Valor Venal Edificação:	0,00		

Contribuinte: VICOM - DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA, CPF_CNPJ: 05.214.101/0001-89
Endereço: AV CELSO MAZUTTI, 4913
Complemento: LOJA 01
Bairro: JARDIM ELDORADO
Cidade: Vilhena, RO, CEP: 76080-000

IPU 2021 PREDIAL COM 15% DE DESCONTO E TERRITORIAL COM 10% DE DESCONTO EM COTA ÚNICA ATÉ 12/04/2021. CASO OPTE PAGAR EM 08 VEZES SEM DESCONTO, ACESSSE www.vilhena.ro.gov.br (OPÇÃO TRIBUTOS) OU DIRIJA-SE À SEMFAZ

www.vilhena.ro.gov.br

MUNICÍPIO DE VILHENA
Secretaria Municipal de Fazenda

Tributo: IMPOSTO TERRITORIAL

Dados Cadastrais: Cadastro: 30504
VICOM - DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA
Exercício: 2021 Dívida: 2 SubDiv: 0 Parcela: 0
Setor: 003.000 Quadra: 105 Lote: 1A
Endereço: AV PRIMEIRO DE MAIO, 0
Bairro: PARQUE INDUSTRIAL TANCREDO NEVES

Código de Baixa	Data de Vencimento
12100000000079717	12/04/2021
Valor Original R\$	Valor Correção Monetária R\$
464,76	0,00
Valor Juros R\$	Valor Multa R\$
0,00	0,00
Valor Desconto R\$	R\$ 27,28
437,48	

Observações: Pagável nas Loterias, Caixa Econômica Federal, Sicoob, Sicredi, Itaú ou Banco do Brasil

Autenticação Mecânica - Via Contribuinte

MARIA, M.
Proc nº 21125
Folhas 49

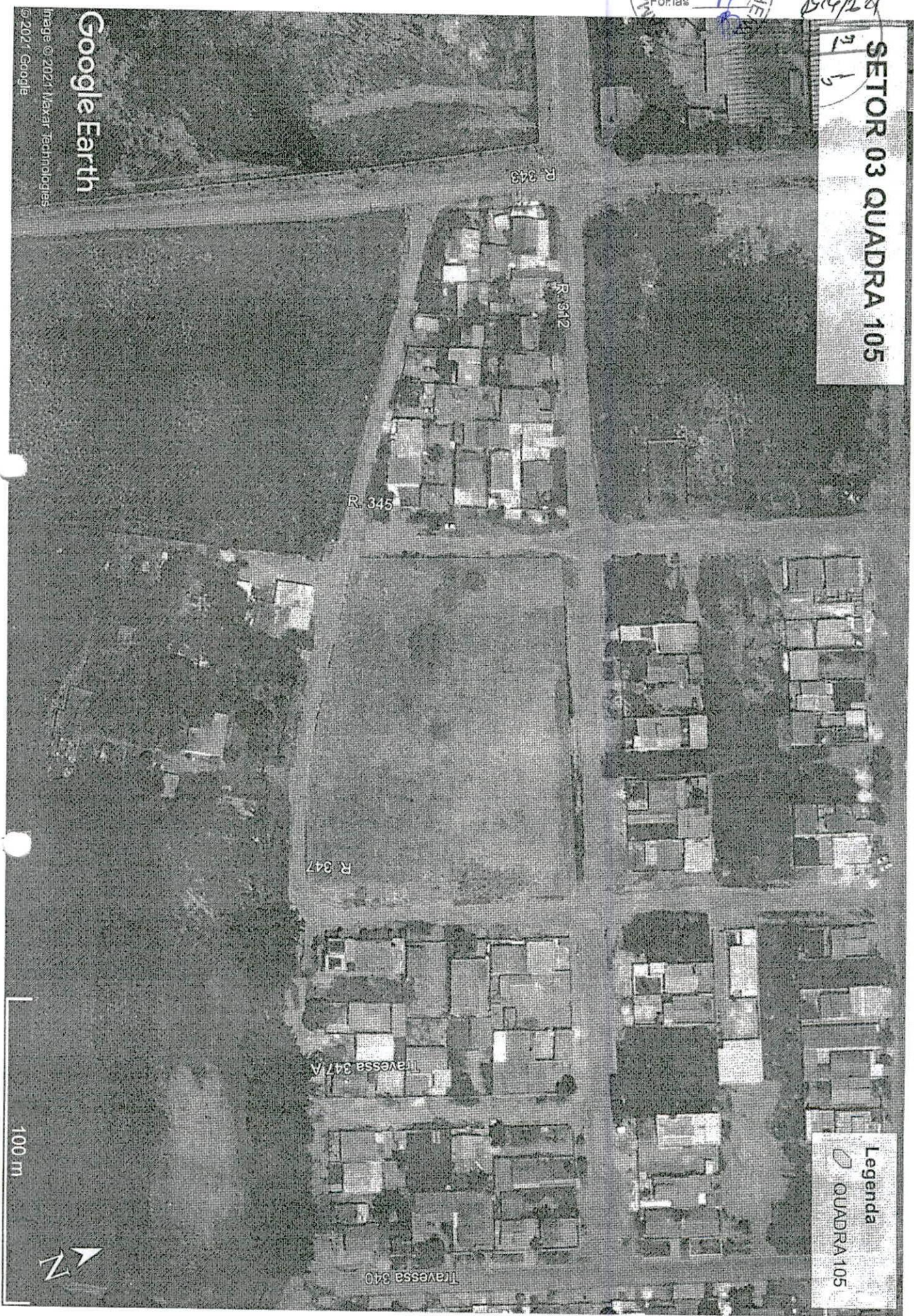
04/24

SETOR 03 QUADRA 105

13

Legenda

QUADRA 105



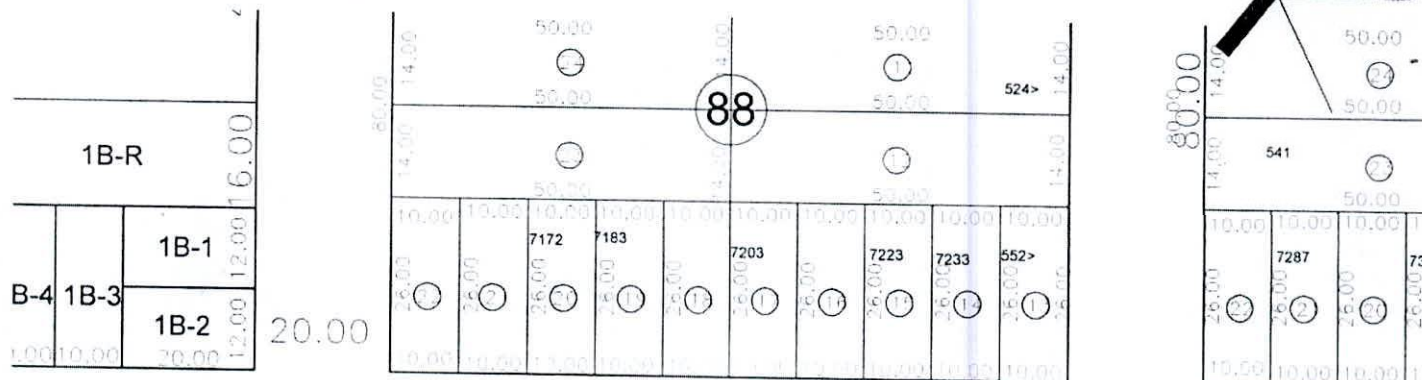
Google Earth

Image © 2021 Maxar Technologies
© 2021 Google

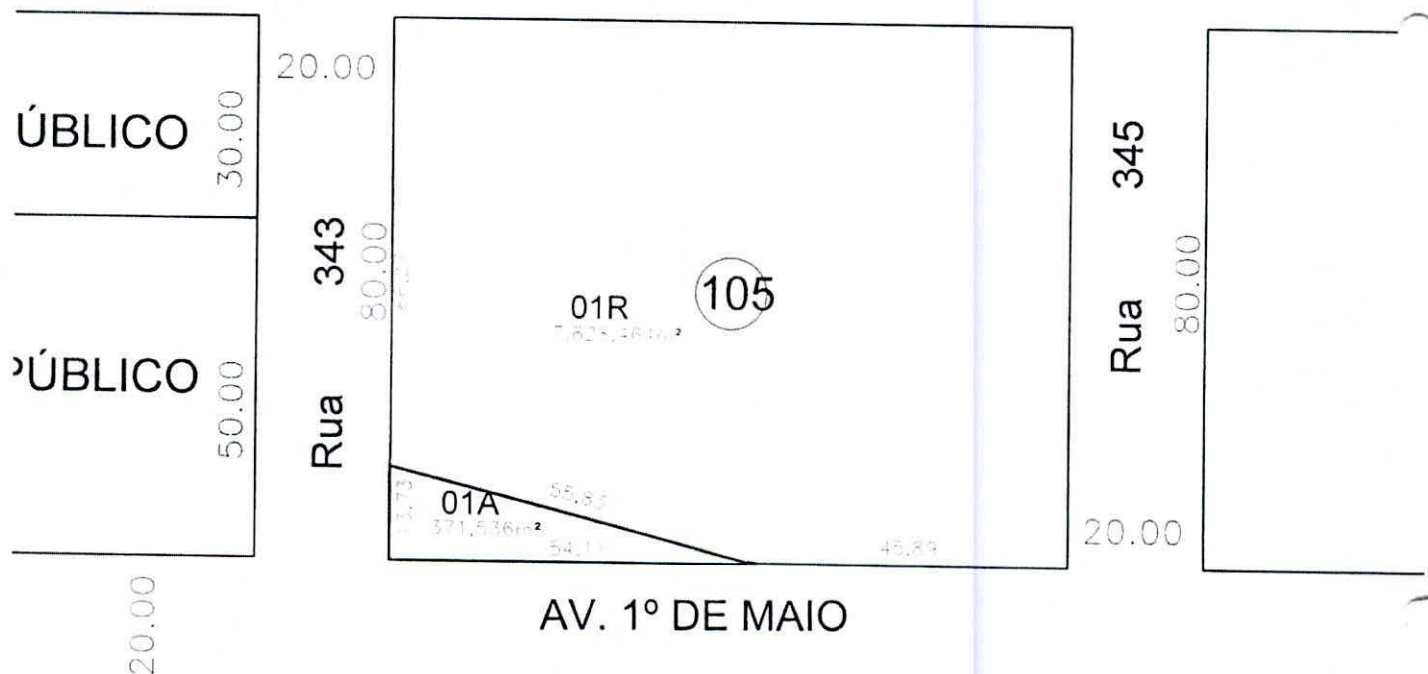
100 m



MUNICÍPIO DE



Rua 314



AV. 1º DE MAIO

349.00

(286°54'40")

18/11/2018
PROC 20
FOLHAS 90



MUNICÍPIO DE
VILHENA
TERRAS

LOTE/CHÁCARA	1-A	QUADRA	105
SETOR / BAIRRO	03		
ENDEREÇO	-		
ESCALA	1/1250	DESENHO	ROSANI
		DATA	10/03/2021

Visto / resp. técnico

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO




Vera Lucia Tofole
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas
Número de inscrição

[Redacted]

Nome
VERA LUCIA TOFOLO

Nascimento
09/05/1965

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL [Redacted] DATA DE EXPEDIÇÃO [Redacted]

NOME
VERA LUCIA TOFOLO

FILIAÇÃO
IVOLDETE TOFOLO
IZABEL ALVES RIBEIRO

NATURALIDADE
ATALEIA

DATA DE NASCIMENTO
-MG 09/05/1965

COD. ORIGEM

CERT CAS 274 FLS 274 LV B-5
EXP VILHENA/RO 26/10/99

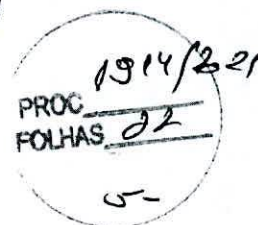
Rosângela Silva Santos
RESPONSÁVEL DO DIRETOR

0698006

Emissão

CORREIOS





ENCAMINHO PROCESSO Nº. 1914/221

Para Dr. Joz

Contendo os seguintes documentos _____

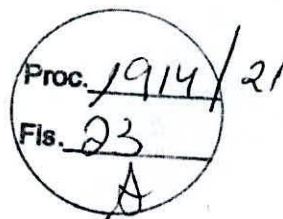
Em 30 / 03 / 2021

José Maria de Souza

Responsável Protocolo



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
Secretaria Municipal de Fazenda



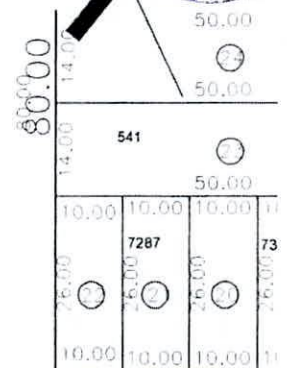
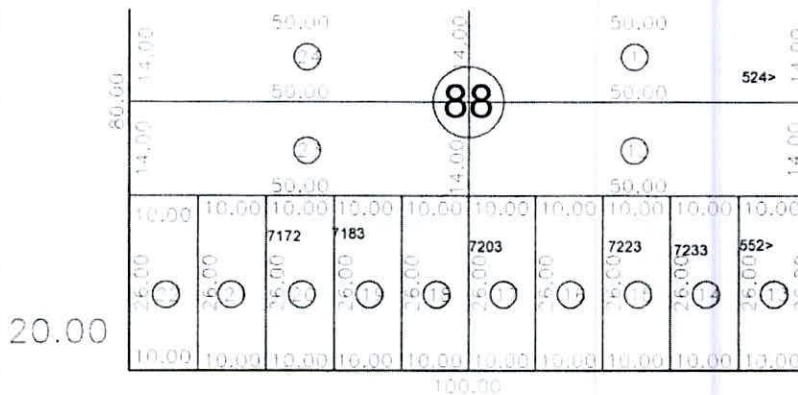
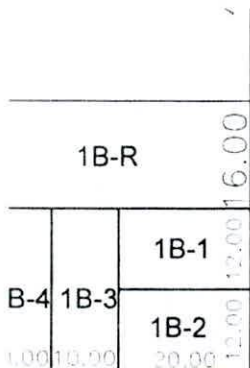
DE: TRIBUTAÇÃO
PARA: SEMTER

Com os nossos cordiais cumprimentos, estamos encaminhando o presente processo para as providências, a saber:

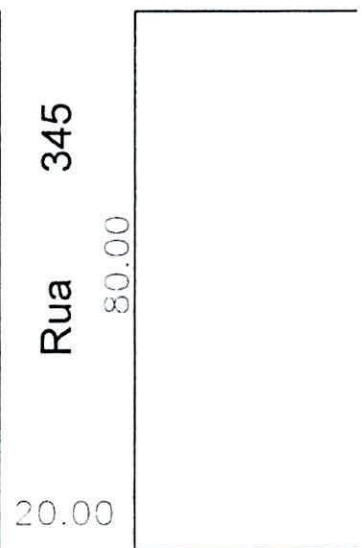
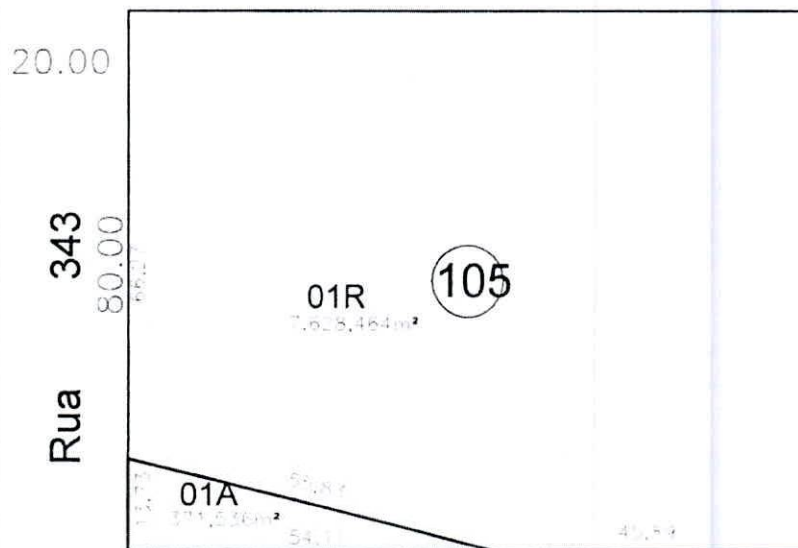
Encaminhamos os autos para parecer quanto ao questionamento do contribuinte na folha n. 01.

Vilhena-RO, 26 de abril de 2021


Silvania Cláudia Rech
Diretora de Tributação/SEMFAZ



Rua 314



AV. 1º DE MAIO

349.00
(286°54'40")



MUNICÍPIO DE VILHENA
TERRAS

LOTE/CHÁCARA:	1-A	QUADRA:	105
SETOR / BAIRRO:	03		
ENDEREÇO:	-		
ESCALA:	1/1250	DESENHO	ROSANI
		DATA	26/04/2021

Visto / resp. técnico

Ciente em 3/5/2021.
Ao Setor de Trabalho
para providências necessárias.
Jucim

Vivian Bacaro Nunes Soares
Secretária Municipal de Terras
Decreto nº49.887/2020



PARECER TÉCNICO SEMTER

Assunto	SOBREPOSIÇÃO DE VIA SOBRE LOTE.
Interessado	VICOM DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA EPP
Relator	Lucas Santos Veronese Varanda
Órgão	Secretaria Municipal de Terras de Vilhena



Data 03 de Fevereiro de 2022

1-DO OBJETO

O requerente solicitou indenização monetária do imóvel e devolução do valor integral do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) referente ao lote 01-A da quadra 105 do setor 03, alegando perda de usufruto do imóvel devido sobreposição consolidada da via denominada Av. 1º de Maio sobre o mesmo.

2 - DA ANÁLISE

Conforme imagens de satélite e vistoria *in loco* constatou-se a sobreposição de via pública sobre o lote 01-A, da quadra 105 do Setor 03.

Imagem 01.



■ ÁREA SOBREPOSTA PELA AVENIDA PRIMEIRO DE MAIO.

Mapa esquemático do caso.

PROC. nº 21125
 FOLHAS 54
 PROC. 1304/2
 FOLHAS 26

PROC. nº 21125
 FOLHAS 54
 PROC. 1304/2
 FOLHAS 26

An aerial photograph showing a residential neighborhood. A specific lot is outlined in black and labeled "S12-45-17-28". The surrounding streets are labeled: "R. Camino de la Aurora" at the top, "R. Santa Rosa" on the right, "R. Santa Clara" at the bottom, and "R. Santa Ana" on the left. Other labels include "Escuela Santa Rosa" near the intersection of R. Santa Rosa and R. Camino de la Aurora, and "Escuela Santa Clara" near the intersection of R. Santa Clara and R. Camino de la Aurora. The image shows various houses, trees, and open lots.

Constatou-se também que o desenho geométrico urbanístico da via consolidada atende sua função de comunicação e conexão com a rede viária existente.

Verificou-se a existência de edificações locadas sobre o projeto geométrico originalmente definido para a via em tela, também desde o ano de 2004 pelo menos.

3 – DA CONCLUSÃO



A situação fática constatada demonstra que a ocupação da via está consolidada, prejudicando o usufruto do lote em tela, bem como considera-se que urbanisticamente o desenho geométrico da via, como está, atende a função de comunicação e conexão com a rede viária existente.




Nesse sentido, considera-se urbanisticamente viável a manutenção do desenho atual da via, sendo menos oneroso ao município do que proceder a realocação da mesma para o desenho originalmente definido em mapa, visto que necessitaria de remoção de edificações já consolidadas.

Quanto a solicitação de indenização monetária cabe à SEMFAZ emitir parecer sobre o tema, visto que urbanisticamente o pedido é procedente.

É o parecer.

Vilhena, 03 de Fevereiro de 2022.


Lucas Santos Veronese Varanda
Arquiteto e Urbanista
CAU N. A166849-8





**PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**

Proc. nº 1914/22
Folhas 28
2

De: Gabinete do Secretário


Para: Tributação – Fiscal Tributário

CÂMARA MUNICIPAL DE VILHENA
Proc. nº 211/22
Folhas 56
B

Para análise e parecer fiscal quanto ao requerimento do contribuinte, observando a documentação acostada aos Autos.

Se julgar necessário, recorrer a parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município para a tomada de decisão.

Vilhena - RO, 4 de março de 2022.


José Valdenir Jovino
Secretário Municipal de Fazenda
Decreto nº 50.872/2020



MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA



Processo Administrativo n.º 1914/2021

Vilhena/RO, 7 de março de 2022.

Tendo em conta o Parecer Técnico da SEMTER às fls. 25/27, solicito Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município quanto à legalidade e possibilidade jurídica de atendimento ao pedido formulado às fls. 01, de modo a subsidiar a tomada de decisão.


Clarissa Gilmar Barros
Fiscal Tributária
Matrícula 15470



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
ESTADO DE RONDÔNIA
Procuradoria Geral do Município

PARECER N.º 223/PGM/2022



Autos n.º 1914/2021

Interessado: VICOM Distribuidora Comercial LTDA EPP

Assunto: pagamento de indenização (IPTU)

Quanto a solicitação de parecer sobre a legalidade e possibilidade jurídica de devolução do valor integral a título de cobrança de IPTU sobre o imóvel denominado Lote 01-A da Quadra 105 do Setor 03, sob a justificativa de que desde 2008 o imóvel é utilizado como via pública em continuidade da Av. 1º de Maio, passo a orientar.

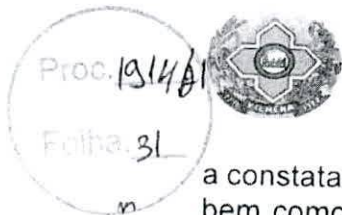
Primeiramente, cumpre verificar o que diz o ordenamento jurídico do Município a respeito do fato gerador do IPTU. A LC 259/17 em seu art. 2º assim dispõe: "O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse do bem imóvel, por natureza ou por acessão física como definida na lei civil, construído ou não, localizado na zona urbana deste Município."

Em análise aos autos retro mencionados, verifica-se que a propriedade do bem descrito é da empresa VICOM Distribuidora Comercial Ltda; que o bem vem sendo utilizado como passagem de veículos e pedestres. Verifica-se que houve pela proprietária uma permissão ou tolerância de passagem. Neste sentido, cumpre trazer o que versa o Código Civil, que estabelece em seu artigo 1.208 que "Não induzem posse os atos de mera permissão ou tolerância assim como não autorizam a sua aquisição os atos violentos, ou clandestinos, senão depois de cessar a violência ou a clandestinidade."

Assim, a simples oficialização de uma via pública, aberta dentro de terreno particular, não constitui modo de perda da propriedade privada em favor do Poder Público. Ela pressupõe, um ato de disposição do particular (venda ou doação) ou então uma desapropriação, pelo menos indireta, por meio do apossamento do bem pela Administração pública e sua entrega ao uso comum do povo, o que não se vislumbra no caso em comento, posto não haver qualquer ato público de posse pelo Poder Público.

A documentação apresentada pela Interessada demonstra que a continuação da Av. 1º de Maio que margeia o imóvel da Requerente, não fora entregue ao uso público e à administração exclusiva da Municipalidade, posto que, não basta a abertura de uma rua ao tráfego de veículos e pedestres para considerar-se bem público de uso comum. É preciso um ato expresso do Poder Público que lhe tenha atribuído esse destino, além da prova do uso comum do povo, conforme Temístocles B. Cavalcanti, magistrado e doutrinador na Sentença, acrescentando ainda que a simples utilização pelo público não basta para torná-la logradouro público, porque pode até ocorrer que depois de assim considerada venha o povo a deixar de utilizá-la, não perdendo por isso o caráter de logradouro (Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro vol. 6, pág. 5).

Qu



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
ESTADO DE RONDÔNIA
Procuradoria Geral do Município



Verifica-se no documento de fls. 25/27 (Parecer Técnico – SEMTER) a constatação da ocupação do imóvel da proprietária por via pública desde 2004, bem como a manifestação de que "...o desenho geométrico urbanístico da via consolidada atende a função de comunicação e conexão com a rede viária existente...Nesse sentido, considera-se urbanisticamente viável a manutenção do desenho atual da via, sendo menos oneroso ao Município do que proceder a realocação da mesma para o desenho originalmente definido em mapa, visto que necessitaria de remoção de edificações já consolidadas..."

Pelo exposto, verifica-se que uma via de passagem particular não se torna pública, de uso comum do povo, sem observância das normas legais que regem a perda da propriedade privada. Ressaltando-se que a perda da propriedade particular não se opera por um simples ato administrativo do Poder Público, se não precedida de outros atos aquisitivos ou de desapropriação regular.

Desta feita, na forma atual dos autos, não vislumbro a possibilidade jurídica do pedido de devolução de valores pagos a título de IPTU sobre o bem avençado, posto que não houve pagamento indevido, considerando que ocorreu o fato gerador na forma da lei, conforme descrito no art. 2º da LC 259/17. Ou seja, enquanto houver o exercício da propriedade e esta for beneficiada pelos melhoramentos públicos, incide o IPTU sobre o bem. Ressaltando que a descaracterização da cobrança do IPTU ocorre quando a proprietária fica privada do uso e gozo do bem, o que não ocorre no presente caso, pois houve uma permissão de passagem pela Interessada que pode a qualquer momento ser revogada por esta, efetuando fechamento da via pelo exercício dos direitos da propriedade.

Por todo o exposto, em atenção aos princípios administrativos da legalidade, impessoalidade e economicidade:

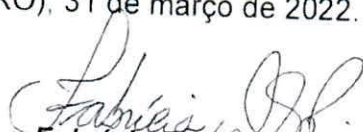
- a) quanto a devolução de valores pagos a título de IPTU nos últimos cinco anos entende-se não haver previsão legal no ordenamento jurídico do Município pelos fatos e argumentos dispendidos neste.
- b) Quanto a constatação feita no parecer técnico de fls. 25/27, cabe análise do interesse público para possível desapropriação do bem em favor da coletividade.

Cumpra salientar que este parecer é meramente opinativo, e que a escolha das normas aplicáveis cabe ao gestor da pasta.

Devolvo os autos para deliberação do Sr. Secretário Municipal de Fazenda.

É o entendimento, S.M.J.

Vilhena (RO), 31 de março de 2022.


Fabricia Da Lamarta Pandolpho
Advogada do Município



MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA



pelos munícipes, o trânsito naquela circunvizinhança ficaria comprometido, limitando inclusive o acesso a residências.

Quanto à possibilidade de aquisição do imóvel por interesse do Município, desde que atendidos os requisitos legais, essa é possível, senão vejamos:

LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001.

Art. 25. O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.

[...]

Art. 26. O direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para:

[...]

V – implantação de equipamentos urbanos e comunitários; (grifei)

VI – criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;

[...]

Art. 27. O proprietário deverá notificar sua intenção de alienar o imóvel, para que o Município, no prazo máximo de trinta dias, manifeste por escrito seu interesse em comprá-lo.

Ressalte-se que a aquisição de bens imóveis pelo município depende de prévia autorização legislativa, conforme amplo entendimento doutrinário.

Nesse diapasão preleciona Hely Lopes Meirelles:

No conceito de administração de bens compreende-se normalmente o poder de utilização e conservação das coisas administradas, diversamente da ideia de propriedade, que contém, além desses, o poder de oneração e de disponibilidade e a faculdade de aquisição. Daí porque os atos triviais de administração – ou seja, de utilização e conservação do patrimônio do Município – independem de autorização especial, ao passo que os de alienação, oneração e aquisição de bens exigem, em regra, lei autorizadora e licitação para o contrato respectivo.¹

Aline
Aline Moreira
Secretária Municipal de Fazenda
Decreto nº 55.484/2022

¹ MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Municipal Brasileiro. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2001, p. 283-284



MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA



19/4/21
Proc. nº 35
Folhas

Diógenes Gasparini² entende ainda que:

[...] a lei autorizadora é sempre necessária. Essa exigência é preconizada pela doutrina e pela jurisprudência, com base no Direito Positivo. De fato, a Administração Pública não é livre para adquirir ou alienar bens imóveis. Esses atos vão além dos de mera administração. Ademais, inúmeras leis, a exemplo das leis orgânicas municipais, fazem tal exigência.

No mesmo sentido, o Tribunal de Contas de Santa Catarina, ao analisar a aquisição de bem imóvel pelo Município de Itapiranga, processo nº 202912299, elaborou o Prejulgado n.483, onde analisa quais são os passos a se seguir para aquisição de bem imóvel. Senão vejamos:

Prejulgado n. 483

É possível a aquisição de bem imóvel pelo município, desde que observado o processo licitatório (CF/88 – artigo 37, XXI e LF 8.666/93), precedida de autorização legislativa (LOM, artigo 81), e de avaliação prévia (LF 8.666/93, artigo 24, X e LOM – artigo 81), devidamente justificada quanto à sua finalidade e necessidade (LF 8.666/93, artigo 26).

A Lei Orgânica do Município de Vilhena-RO, entretanto, estabelece no parágrafo 5º do artigo 32, que é possível a aquisição de imóvel sem licitação, quando as necessidades de instalação e localização, condicionarem a escolha.

Lei Orgânica do Município de Vilhena-RO

Art. 32. Constituem patrimônio do Município seus direitos, ações, bens móveis e imóveis, e as rendas provenientes do exercício das atividades de sua competência e da exploração de seus serviços. (Emenda nº 018/1998)

[...]

§ 4º A afetação e a desafetação de bens de uso comum do povo dependerá de lei específica. (Emenda nº 018/1998)

§ 5º A aquisição de bens imóveis por compra, permuta ou desapropriação dependerá de prévia avaliação, autorização legislativa e licitação, **inexigível esta se as necessidades de instalação e localização condicionarem a escolha.** (Emenda nº 018/1998) (Grifei)

Aline Moreira
Secretária Municipal de Fazenda
Decreto nº 55.484/2022

² GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 832



MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA



Conjugando o disposto no art. 24, inciso X, da Lei n. 8.666/1993 com o parágrafo 5º do art. 32 da Lei Orgânica do município, conclui-se que quando houver apenas um único bem imóvel capaz de satisfazer as necessidades precípua da administração pública municipal, poderá se proceder à sua aquisição sem a necessidade de licitação. A dispensa, porém, só se destina ao procedimento licitatório, permanecendo a necessidade de prévia autorização legal para os casos de aquisição onerosa de bens imóveis pelo município.

Não cabe, entretanto, à Secretaria de Finanças do Município de Vilhena-RO determinar a oportunidade e conveniência da aquisição de bem, razão pela qual pugnamos que o processo seja encaminhado para à Secretaria de Terras, para análise no que tange à esse pedido, bem como para posteriores encaminhamentos.

3) DO PEDIDO DE DEVOLUÇÃO INTEGRAL IPTU JÁ PAGOS NOS ULTIMOS 10 EXERCÍCIOS

A Requerente pleiteia a devolução dos numerários pagos à título de IPTU, referente aos exercícios de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021, lançados sobre o imóvel setor 03, Quadra 105, Lote 1A, sob o fundamento de que não pode usar e dispor do bem há mais de 10 anos, eis que o referido é usado pelos munícipes como via de acesso.

Não obstante a situação alegada estar comprovada pelo Laudo técnico expedido pelo Arquiteto e Urbanista da Secretaria de Terras, fls. 25/27, não há na legislação municipal qualquer previsão legal que autorizasse a concessão do referido pedido, haja vista que a Lei Complementar Municipal nº 259/2017 estabelece como fato gerador do IPTU também a propriedade de bem imóvel, construído ou não, localizado na zona urbana do Município:

Art. 2º O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse do bem imóvel, por natureza ou por acessão física como definida na Lei civil, construído ou não, localizado na zona urbana deste Município.

[...]

Art. 5º A incidência do imposto independe:

[...]

II - da legitimidade dos títulos de aquisição da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem imóvel; (grifei)

[...]

Art. 18. O lançamento do imposto, a ser feito pela autoridade administrativa, será anual e distinto, um para cada imóvel ou unidade imobiliária independente, ainda que contíguo e de propriedade do mesmo contribuinte, tomando por base a situação fática do imóvel em 31 de dezembro do exercício anterior e poderá ser feito em conjunto com os demais tributos que recaírem sobre o imóvel.

Almeida Moreira
Secretaria Municipal de Fazenda
Decreto nº 55.484/2022



MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA



19/14/21
37

Art. 29. As impugnações contra os lançamentos do IPTU, devidamente fundamentadas, deverão ser apresentadas até a data de vencimento da primeira parcela do imposto.

Assim, não há como se falar em ilegalidade do lançamento, pois ainda que usada como área de trânsito de pessoas e coisas, quando do lançamento da exação, a Requerente possuía a propriedade do imóvel.

Há que se ressaltar que o lançamento tributário é um ato administrativo que gera, por força do princípio de legalidade, para todos os agentes da Administração Pública, um dever de controle e de autovinculação ao seu conteúdo e ao procedimento adotado para sua formação.

Diante disso, mais do que decorrência da legalidade, é do princípio da moralidade administrativa que decorre a autovinculação administrativa dos lançamentos de tributos. E isso vale, inclusive, para os atos de controle, na sua revisão ou mesmo para o processo administrativo, os quais somente podem "rever" ou "julgar" sua forma ou seu conteúdo nos limites entabulados por lei.

Assim, o Princípio da Legalidade estrita, não só limita o gestor público de cobrar tributo não previsto em lei, mas também de conceder de qualquer tipo de isenção, subsídio remissão ou anistia sem lei anterior o autorizando à fazê-lo. Nesse sentido, estabelece a Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

[...]

§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

Estabelece ainda o Código Tributário Nacional em seu artigo 97, § 2º :

Art. 97. Somente a lei pode estabelecer:

I - a instituição de tributos, ou a sua extinção;

II - a majoração de tributos, ou sua redução, ressalvado o disposto nos artigos 21, 26, 39, 57 e 65;

III - a definição do fato gerador da obrigação tributária principal, ressalvado o disposto no inciso I do § 3º do artigo 52, e do seu sujeito passivo;

IV - a fixação de alíquota do tributo e da sua base de cálculo, ressalvado o disposto nos artigos 21, 26, 39, 57 e 65;

Aline Moreira
Secretaria Municipal de Fazenda
Proc. nº 55.484/2022



MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA



V - a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;

VI - as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários, ou de dispensa ou redução de penalidades.

§ 1º Equipara-se à majoração do tributo a modificação da sua base de cálculo, que importe em torná-lo mais oneroso.

§ 2º Não constitui majoração de tributo, para os fins do disposto no inciso II deste artigo, a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo. (grifei)

Por todo o exposto, nego provimento ao pedido de restituição do Imposto Predial Territorial Urbano, referente aos exercícios 2007/2021, por falta de lei expressa que autorize a renúncia de tal tributo.

4) CONCLUSÃO

Com base no exposto, julgo prejudicada a análise do pedido formulado quanto à indenização monetária pela perda da propriedade do imóvel localizado no setor 03, Quadra 105, Lote 1A em favor do Município, pois não cabe, à Secretaria de Finanças do Município de Vilhena-RO determinar a oportunidade e conveniência da aquisição de bem, razão pela qual pugnamos que o processo seja encaminhado para à Secretaria de Terras, para análise no que tange à esse pedido, bem como para posteriores encaminhamentos.

Quanto ao pedido de restituição do Imposto Predial Territorial Urbano, referente aos exercícios 2007/2021, nega-se o pedido por falta de lei expressa que autorize a renúncia de tal tributo.

Nos termos do art. 290 do Código Tributário Municipal, intime-se desta decisão o contribuinte, entregando-lhe cópia.

Em seguida, encaminhe-se os autos à SEMTER para julgamento quanto ao Pedido de Indenização e interesse do Município de aquisição do imóvel em comento.

Vilhena/RO, 16 de maio de 2022.


Aline Moreira
Secretária Municipal de Fazenda
Decreto nº 55.484/2022



RECIBO DE INTIMAÇÃO

Eu, Vera Lucia Tóolo, portador do RG n.º _____ e do CPF n.º _____
[REDACTED] declaro que recebi uma cópia integral da decisão de fls. 53/38, proferida no Processo
n.º 1914/21, nesta data de 18 05 2022.

Vera Lucia Tóolo

Assinatura



MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

Processo nº 1914/21

Folha 40

[Handwritten signature]

De : SEMFAZ

Para: SEMTER



Com os nossos cordiais cumprimentos, estamos encaminhando o presente processo para prosseguimento, conforme decisão de fls. 33/38.

Vilhena/RO, 18/05/2022

[Handwritten signature]
Clarissa Gilmara Barros
Fiscal Tributária
Matrícula 15470



MUNICÍPIO DE VILHENA

SECRETARIA MUNICIPAL DE TERRAS

DE: SEMTER

PARA: PGM

Encaminhamos os autos para conhecimento da decisão do Secretário Municipal de Fazenda, análise e parecer jurídico quanto a as providencias a serem adotadas.

Vale salientar que o referido processo já teve sua tramitação na SEMTER, tendo sido juntado parecer técnico do setor de arquitetura fls. 25/27.

Vilhena/RO, 12/07/2022.


Edeni Simões de Oliveira
Secretaria Municipal de Terras
Decreto n. 44.747/18





**PODER EXECUTIVO
MUNICIPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município**



À SEMTER

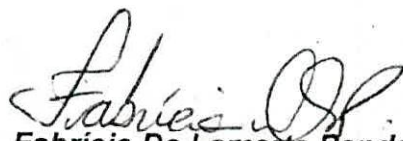
DESPACHO Nº



Deixo de emitir parecer jurídico, vez que a matéria já fora abordada por esta PGM através do Parecer nº223/PGM/2022 em fls. 30 desses autos.

Devolvo os autos à SEMTER, para prosseguimento conforme Decisão da SEMFAZ no quesito da manifestação quanto ao interesse público na possível desapropriação da área em questão, devendo posteriormente ser os autos encaminhados ao Gabinete do Sr. Prefeito para deliberação.

Vilhena (RO), 16 de agosto de 2022.


Fabricia Da Lamarta Pandolpho
Advogada do Município

As notas de arquitetura e urbanismo para verificação eventual insinua na desapropriação do lote do lote deste autos.

18/08/22


Giuliano Dourado da Silva
Secretário Municipal de Terras
Decreto nº 46.575/2022

PARECER TÉCNICO SEMTER

Assunto	SOBREPOSIÇÃO DE VIA SOBRE LOTE.
Interessado	VICOM DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA EPP-PROCESSO 1914/2021
Relator	Lucas Santos Veronese Varanda
Órgão	Secretaria Municipal de Terras de Vilhena

Data 21 de Novembro de 2022



1-DO OBJETO

O requerente solicitou indenização monetária do imóvel e devolução do valor integral do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) referente ao lote 01-A da quadra 105 do setor 03, alegando perda de usufruto do imóvel devido sobreposição consolidada da via denominada Av. 1º de Maio sobre o mesmo,

O requerimento teve provimento negado quanto a devolução de Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), conforme consta na folha 38 do supracitado processo, entretanto foi devolvido para parecer quanto à sua possível desapropriação por parte do município ou a sua aquisição.

2 – DA ANÁLISE

Conforme imagens de satélite e vistoria *in loco* constatou-se a sobreposição de via pública sobre o lote 01-A, da quadra 105 do Setor 03.

Imagem 01.



■ ÁREA SOBREPOSTA PELA AVENIDA PRIMEIRO DE MAIO.

Mapa esquemático do caso.

É fato que a cidade tem dinâmica própria e a população muitas vezes estabelece seus fluxos e ocupações que acabam se consolidando e definindo a morfologia do tecido urbano, principalmente nas regiões mais remotas onde a infraestrutura pública ainda não alcançou.

Analisando imagens retroativas de satélite, verificou-se a ocupação consolidada da via sobre o lote desde o ano de 2004 pelo menos, conforme demonstrado abaixo.

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'A' followed by a flourish.

Imagem 02.



Imagem de satélite.

Imagem 03.



Imagem de satélite.



Constatou-se também que o desenho geométrico urbanístico da via consolidada atende sua função de comunicação e conexão com a rede viária existente.

Verificou-se a existência de edificações locadas sobre o projeto geométrico originalmente definido para a via em tela, também desde o ano de 2004 pelo menos.

3 – DA CONCLUSÃO

A situação fática constatada demonstra que a ocupação da via está consolidada, prejudicando o usufruto do lote em tela, bem como considera-se que urbanisticamente, o desenho geométrico da via como está, atende a função de comunicação e conexão com a rede viária existente, além do acesso as edificações.

Nesse sentido, considera-se urbanisticamente viável a manutenção do desenho atual da via, sendo menos oneroso ao município do que proceder a realocação da mesma para o desenho originalmente definido em mapa, visto que necessitaria da remoção de edificações já consolidadas, além de retirar o acesso das edificações existentes.

O motivo que faz este setor considerar menos oneroso para o município manter a conformação atual da via deve-se ao fato de que um pedido de sua realocação para o desenho original prejudicaria outros direitos de moradia que podem ser requeridos pelos ocupantes das áreas afetadas, como a aplicação de REURB, sendo assim solicitamos dessa procuradoria orientações e *check-list* quanto as exigências legais

para procedimento de desapropriação da área e as mesmas orientações para a sua aquisição a fim de subsidiar tomada de decisão desta secretaria.

É o parecer.

Vilhena, 21 de Novembro de 2022.


Lucas Santos Veronese Varanda
Arquiteto e Urbanista
CAU N. A166849-8





**MUNICÍPIO DE
VILHENA**
TERRAS



DESPACHO

DE	SETOR DE ARQUITETURA
PARA	PGM

Nº 07/2021
DATA: 24/11/2022

Com nossos cordiais cumprimentos encaminho para análise e parecer dessa dought procuradoria o processo que trata da aquisição de lote urbano por meio de licitação ou desapropriação afim de manter conformação de via urbana consolidada.

Atenciosamente,

Lucas S. V. Varanda
Arquiteto e Urbanista
CAU Nº A166849 - 8



MUNICÍPIO DE VILHENA
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO



Despacho

De: PGM.

Para: SEMTER.

Aportou nesta Procuradoria-Geral do Município o processo administrativo nº 1914/2021.

O artigo 2º do decreto-lei nº 3.365 de 1941 dispõe que:

Art. 2º Mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

Dessa maneira, há possibilidade de desapropriação, todavia, essa decisão deve partir do Chefe do Poder Executivo dependendo também da disponibilidade orçamentária para fazer o pagamento da desapropriação.

Para haver a desapropriação deve-se seguir o seguinte procedimento previsto no decreto-lei nº 3.365 de 1941:

1 – Declaração de utilidade Pública da área pelo Chefe do Poder Executivo (artigo 6º do decreto-lei nº 3.365 de 1941);

2 - Notificação do proprietário com a apresentação de oferta de indenização (artigo 10-A do decreto-lei nº 3.365 de 1941);

A notificação deve conter:

I - cópia do ato de declaração de utilidade pública;

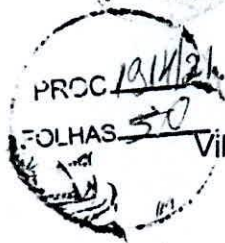
II - planta ou descrição dos bens e suas confrontações;

III - valor da oferta;

Handwritten notes on the right margin:
211/21
13.11/21
1/3
1914/2021

IV - informação de que o prazo para aceitar ou rejeitar a oferta é de 15 (quinze) dias e de que o silêncio será considerado rejeição;

3 – Não aceita a oferta ou passado o prazo sem manifestação postula-se ação judicial de desapropriação.



Vilhena, 01 de dezembro de 2022.



Igor Demétrio Vanucci Cardoso

Igor Demétrio Vanucci Cardoso

Procurador Municipal



LESTE AGRIMENSURA E TOPOGRAFIA LTDA

C.N.P.J N° 05.561.048/0001-92 Inscrição Municipal n° 305.31848-5
Atividades nas áreas de Engenharia Civil, Mecânica, Agronomia, Geografia, Topografia, Geoprocessamento,
Cartografia Digital, Regularização Fundiária Urbana e Rural,
Projetos Ambientais, Avaliações e Perícias.



HISTORICO DO LEVANTAMENTO.

I. DOS IMÓVEIS:

1. **Lote Urbano 01R**, Quadra 105 do Setor 03 do Perímetro Urbano da Cidade de Vilhena;
2. **Superfície:** 7.628,464 m², (Sete mil e seiscentos e vinte e oito virgula quatrocentos e sessenta e quatro metros quadrados);
3. **Perímetro:** 347,99 m (trezentos e quarenta e sete virgula noventa e nove metros lineares);
4. Dados confirmados pelo estabelecido pelos documentos de Matrícula n°28.950, Ficha n° 1 datada de 21 de Janeiro de 2011 (anexo);
5. **Lote Urbano 01A**, Quadra 105 do Setor 03 do Perímetro Urbano da Cidade de Vilhena;
6. **Superfície:** 371,536 m², (Trezentos e setenta e um virgula quinhentos e trinta e seis metros quadrados);
7. **Perímetro:** 123,67 m (Cento e vinte e três virgula sessenta e sete metros lineares);
8. Dados confirmados pelo estabelecido pelos documentos de Matrícula n°28.951, Ficha n° 1 datada de 21 de janeiro de 2011 (anexo);

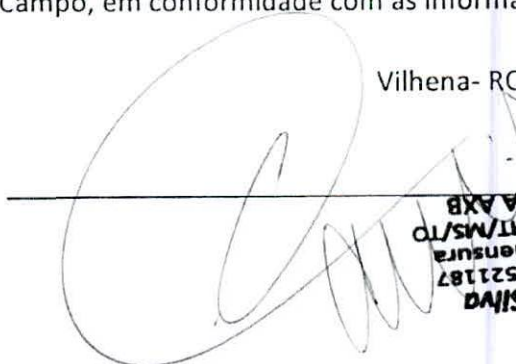
II. DOS TRABALHOS:

1. Em campo, foram aferidos e implantados novos marcos de concreto, confirmando a localização dos vértices, correspondente aos documentos, já confirmados pela prefeitura Municipal, e levados a registro em conformidade com as Matrículas decorrentes destes trabalhos;

III. CONCLUSÃO:

- 1) Não há outras observações a serem anotadas, apenas para que se atenham a respeitar aos limites definidos e materializados em Campo, em conformidade com as informações técnicas acima.

Vilhena- RO, 27 de janeiro de 2023


David Luiz da Silva
Técnico em Agrimensura
CRT 01 - R.N. 09056521187
AC/RO/AM/GO/DF/MT/MS/TO
Cod. Cred. INCRA AXB

MEMORIAL DESCRITIVO

Localização:

Área Urbana da Sede do Município de Vilhena, Estado de Rondônia.

Lote: 01-A

Quadra: 105

Setor: 03

Lote de Esquina. Lado ímpar.

Município: Vilhena

Estado: Rondônia

Área: 371,5360 m² (trezentos e setenta e um metros quadrados e cinquenta e três décimos quadrados e sessenta centímetros quadrados)

Perímetro: 123,67 m (cento e vinte e três metros e sessenta e sete centímetros)

Limites e Confrontações

Norte (direita)	Com o Lote 01-R da Quadra 105 do Setor 03	55,83 m
Sul (esquerda)	Com a Avenida 1º de Maio	54,11 m
Oeste (frente)	Com a Rua 343	13,73 m

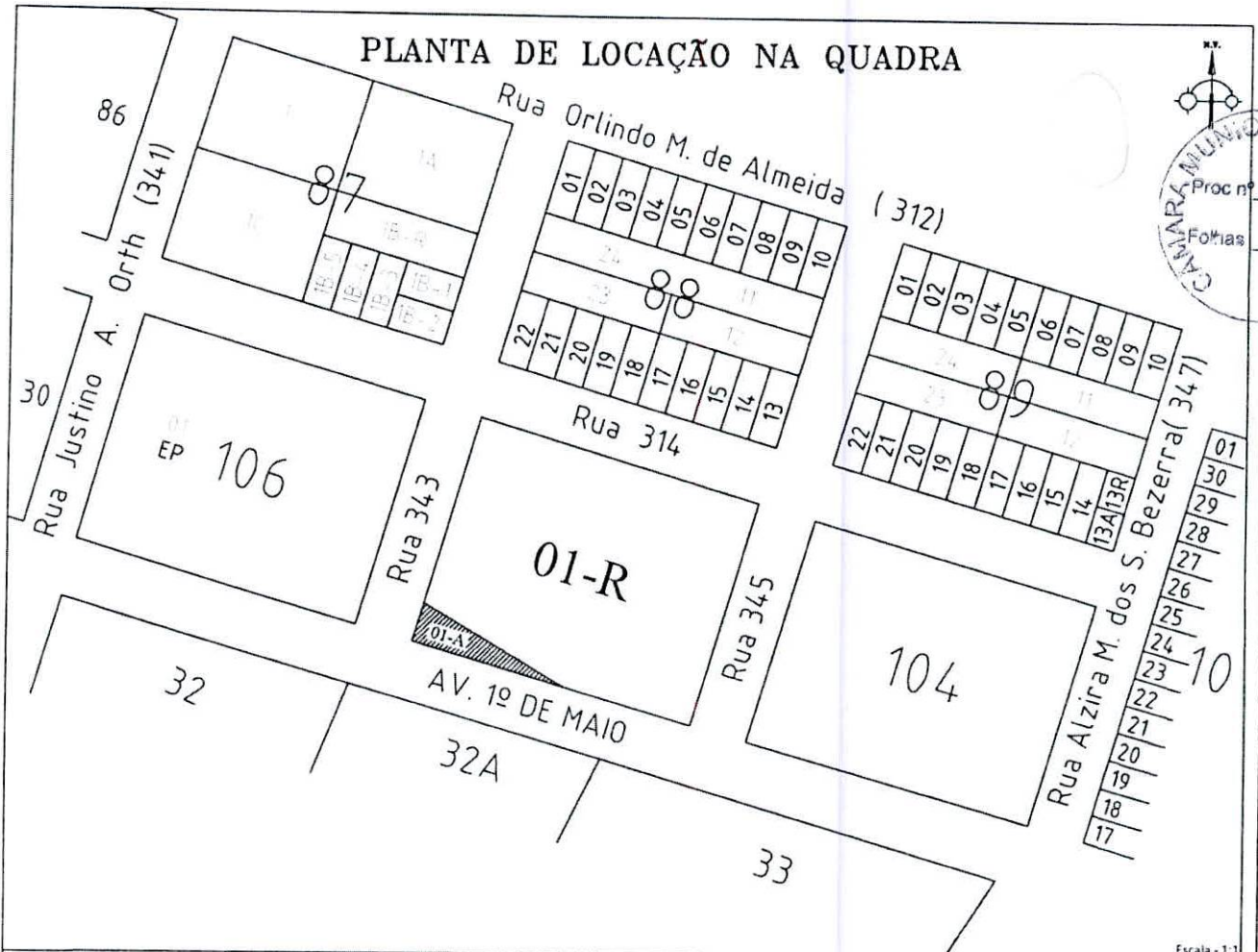
Tabela de Coordenadas, azimutes e distâncias-Lote 01-A

De	Para	Coord.Norte	Coord.Este	Azimute	Distância
M-05	M-04	8588212.58	813656.55	120°44'01"	55.83
M-04	M-06	8588184.05	813704.53	286°29'45"	54.11
M-06	M-05	8588199.42	813652.65	16°29'45"	13.73

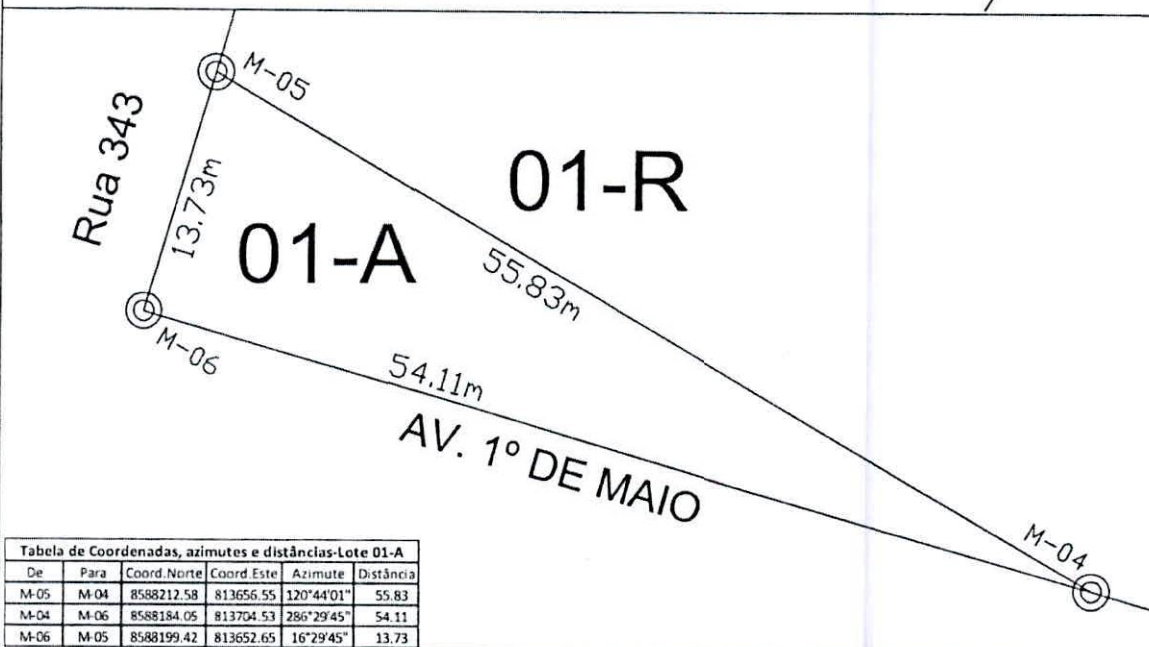
Vilhena - RO, 27 de janeiro de 2023.

David Luiz da Silva
CRT 01- R.N. 09056521187
Técnico em Agrimensura
AC/RO/AM/GO/DF/MT/MS/TO
cod. Cred. INCRA AXB

PLANTA DE LOCAÇÃO NA QUADRA



Escala - 1:1



Sem Escala

Tabela de Coordenadas, azimutes e distâncias-Lote 01-A					
De	Para	Coord.Norte	Coord.Este	Azimute	Distância
M-05	M-04	8588212.58	813656.55	120°44'01"	55.83
M-04	M-06	8588184.05	813704.53	286°29'45"	54.11
M-06	M-05	8588199.42	813652.65	16°29'45"	13.73

PLANTA DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO

Setor: 03	Quadra: 105	Lote: 01-A	VICON DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA EPP	Área: 371,5360 m²
Município: Vilhena	Estado: Rondônia	Perímetro: 123,67 m		
Data: Janeiro/2023	Desenho: Departamento Técnico	Escala: 1/2150		

Responsável Técnico

David Luiz da Silva
 CRT 01- R.N. 09056521187
 Técnico em Agrimensura
 AC/RO/AM/GO/DF/MT/MS/TO
 cod. Cred. INCRA AXB

LESTE MATO GROSSO



Avenida Major Amarante, 3223 - Centro
 (0XX69) 3321-7391
 e-mail: lesteamt@gmail.com
 Vilhena - RO



Termo de Responsabilidade Técnica - TRT
Lei nº 13.639, de 26 de MARÇO de 2018

CRT 01

TRT OBRA / SERVIÇO
Nº CFT2302438377

Conselho Regional dos Técnicos Industriais 01

INICIAL

1. Responsável Técnico
DAVID LUIZ DA SILVA
 Título profissional: **TÉCNICO EM AGRIMENSURA**
 RNP: 09056521187

2. Contratante
 Contratante: **VICOM DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA EPP**
 Logradouro: **AVENIDA CELSO MAZUTTI**
 Complemento: **LADO ÍMPAR**
 Cidade: **VILHENA**
 País: **Brasil**
 Telefone: _____ Email: _____
 Contrato: **Não especificado** Celebrado em: _____
 Valor: **R\$ 1.100,00** Tipo de contratante: **PESSOA JURIDICA DE DIREITO PRIVADO**
 Ação Institucional: **NENHUM**



3. Dados da Obra/Serviço
 Logradouro: **QUADRA 105, LOTE 01-A, SETOR 03**
 Complemento: _____ Bairro: _____
 Cidade: **VILHENA** UF: **RO**
 Telefone: _____ Email: _____
 Coordenadas Geográficas: **Latitude: -12.754904 Longitude: -60.111502**
 Data de Início: **01/01/2023** Previsão de término: **28/02/2023**
 Finalidade: **Urbana**
 Proprietário: **VICOM DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA EPP**
 Nº: _____
 CEP: 76980000
 CPF/CNPJ: 05.214.101/0001-89

4. Atividade Técnica
 2 - EXECUÇÃO
 10 - DESENHO TÉCNICO > CFT -> OBRAS E SERVIÇOS - AGRIMENSURA -> CARTOGRAFIA ->
 DESENHO DE PLANTA -> #0758 - DE LOCALIZAÇÃO
 Quantidade 371,536
 Unidade m²

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa deste TRT

5. Observações
 ELABORAÇÃO DE DESENHO TÉCNICO (PLANTA DE LOCAÇÃO E MEMORIAL DESCRITIVO) CONFORME MATRÍCULA Nº 28.951, REFERENTE AO IMÓVEL URBANO DENOMINADO DE LOTE 01-A DA QUADRA 105 DO SETOR 03, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE VILHENA/RO.

6. Declarações

7. Entidade de Classe
DAVID LUIZ DA SILVA:09056521187
 Assinado de forma digital por DAVID LUIZ DA SILVA:09056521187
 Dados: 2023.02.01 08:48:34 -04'00'

8. Assinaturas
 Declaro serem verdadeiras as informações acima
 Responsável Técnico: **DAVID LUIZ DA SILVA - CPF**

Local _____ de _____ data _____
 Contratante: **VICOM DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA EPP - CNPJ: 05.214.101/0001-89**

9. Informações

10. Valor
 Valor do TRT: **R\$ 60,13** Pago em: **30/01/2023** Nosso Número: **8227590743**

A validade deste TRT pode ser verificada em: <https://corporativo.sincati.net.br/publico/>, com a chave: 8ZB84
 Impresso em: 31/01/2023 às 15:40:29 por: , ip: 177.22.106.250

www.cft.org.br

Tel: 0800 016 1515

CFT
 Conselho Federal dos Técnicos Industriais



MEMORIAL DESCRITIVO



Localização: Área Urbana da Sede do Município de Vilhena, Estado de Rondônia.

Lote: 01-R

Quadra: 105

Setor: 03

Lote de Esquina. Lado ímpar.

Município: Vilhena

Estado: Rondônia

Área: 7.628,4640 m² (sete mil seiscentos e vinte e oito metros quadrados e quarenta e seis décimos quadrados e quarenta centímetros quadrados)

Perímetro: 347,99 m (trezentos e quarenta e sete metros e noventa e nove centímetros)

Limites e Confrontações

Norte (direita)	Com a Rua 314	100,00 m
Sul (esquerda)	Com a Avenida 1º de Maio e Lote 01-A da Quadra 105 do Setor 03	101,72 m
Leste (fundo)	Com a Rua 345	80,00 m
Oeste (frente)	Com a Rua 343	66,27 m

Tabela de Coordenadas, Azimutes e Distâncias

Lote 01-R					
De	Para	Coord.Norte	Coord.Este	Azimute	Distância
M-01	M-02	8588276.12	813675.36	106°29'45"	100.00
M-02	M-03	8588247.73	813771.25	196°29'45"	80.00
M-03	M-04	8588171.02	813748.53	286°29'45"	45.89
M-04	M-05	8588184.05	813704.53	300°44'01"	55.83
M-05	M-01	8588212.58	813656.55	16°29'45"	66.27

Vilhena - RO, 27 de janeiro de 2023.

David Luiz da Silva
CRT 01- R.N. 09056521187
Técnico em Agrimensura
AC/RO/AM/GO/DF/MT/MS/TO
cod. Cred. INCRA AXB

PLANTA DE LOCAÇÃO NA QUADRA

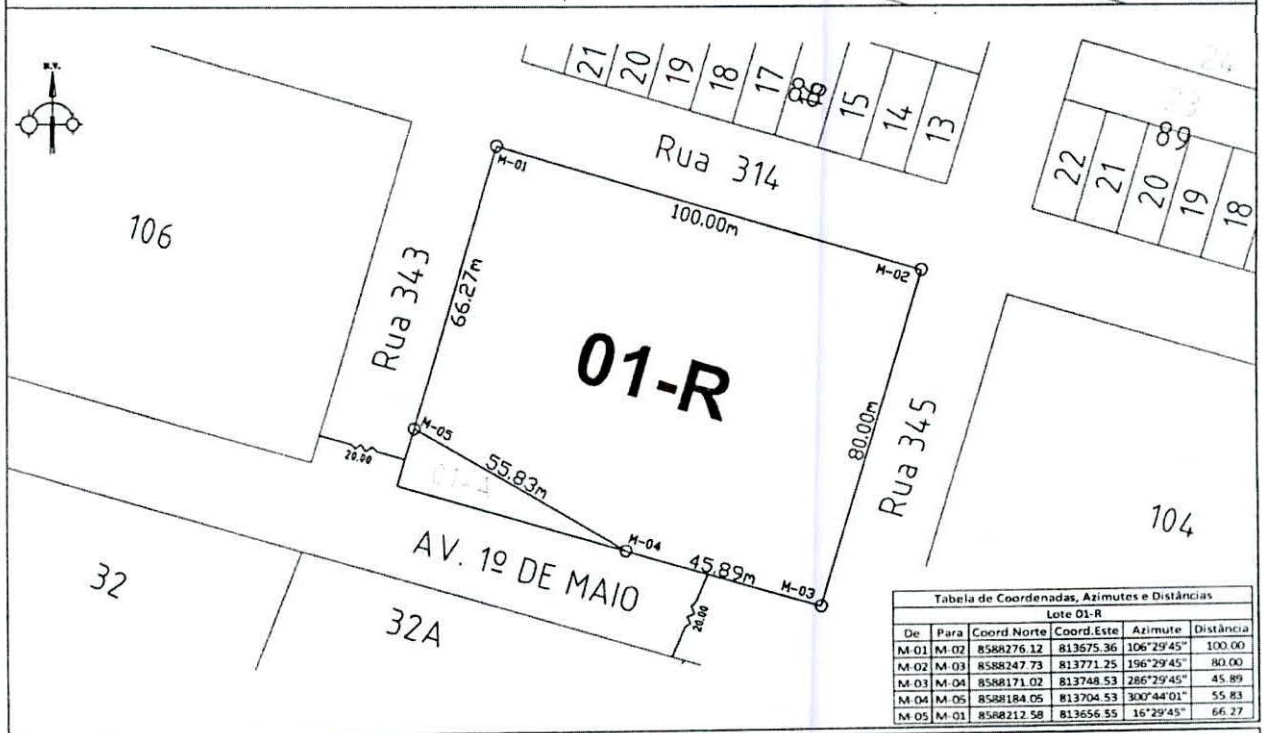
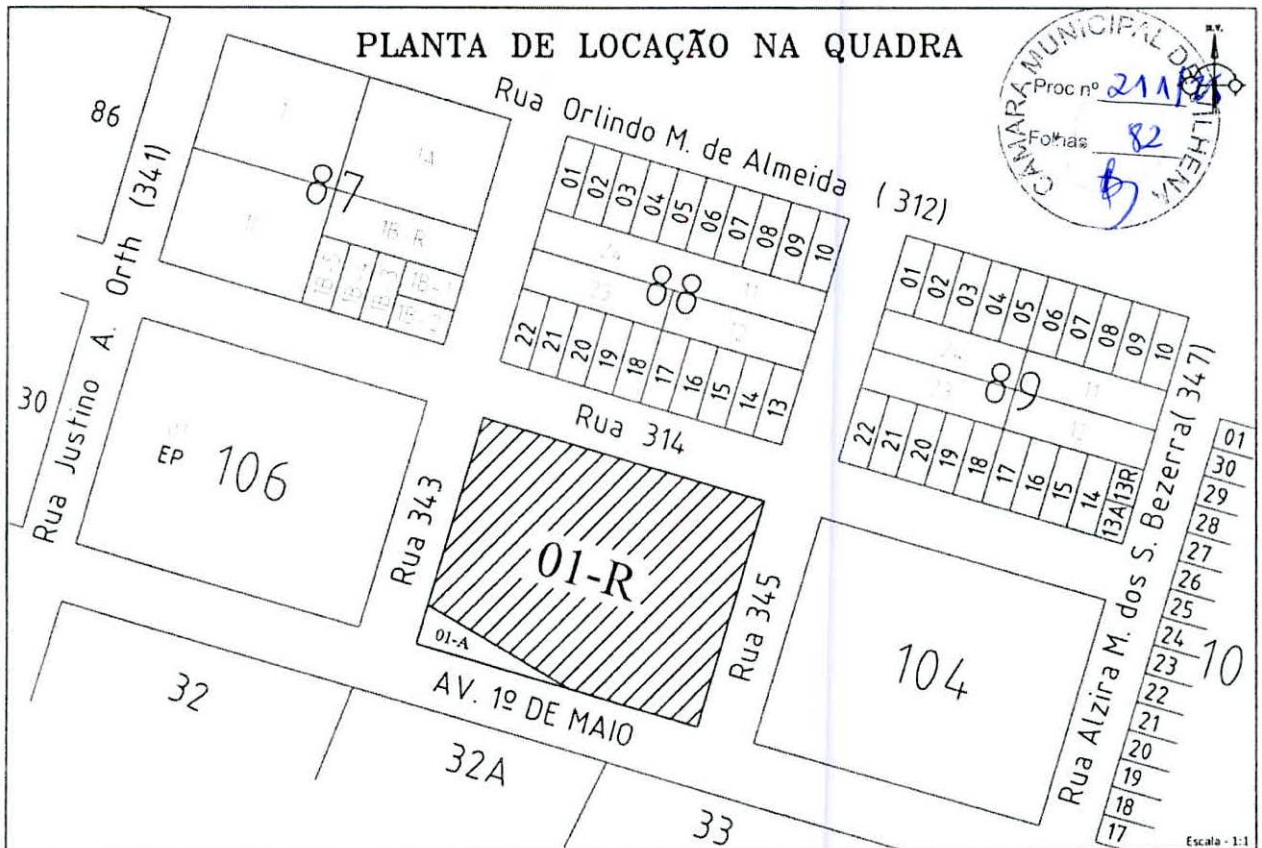


Tabela de Coordenadas, Azimutes e Distâncias					
Lote 01-R					
De	Para	Coord Norte	Coord Este	Azimute	Distância
M-01	M-02	8588276.12	813675.36	106°29'45"	100.00
M-02	M-03	8588247.73	813771.25	196°29'45"	80.00
M-03	M-04	8588171.02	813748.53	286°29'45"	45.89
M-04	M-05	8588184.05	813704.53	300°44'01"	55.83
M-05	M-01	8588212.58	813656.55	16°29'45"	66.27

PLANTA DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO

Setor: 03	Quadra: 105	Lote: 01-R	Área: 7.628,4640 m²
Município: Vilhena	Estado: Rondônia	Perímetro: 347,99 m	
Data: Janeiro/2023	Desenho: Departamento Técnico	Escala: 1/2150	

Responsável Técnico

David Luiz da Silva
 CRT 01- R.N. 09056521187
 Técnico em Agrimensura
 AC/RO/AM/GO/DF/MT/MS/TO
 cod. Cred. INCRA AXB

LESTE MATO GROSSO



Avenida Major Amarante, 3223 - Centro
 (0XX69) 3321-7391
 email: lestem@gmail.com
 Vilhena - RO



Termo de Responsabilidade Técnica - TRT
Lei nº 13.639, de 26 de MARÇO de 2018

CRT 01

TRT OBRA / SERVIÇO
Nº CFT2302438372

Conselho Regional dos Técnicos Industriais 01

INICIAL



1. Responsável Técnico

DAVID LUIZ DA SILVA

Título profissional: TÉCNICO EM AGRIMENSURA

RNP: 09056521187

2. Contratante

Contratante: VICOM DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA EPP

CPF/CNPJ: 05.214.101/0001-89

Logradouro: AVENIDA CELSO MAZUTTI

Nº: 4913

Complemento: LADO ÍMPAR

Bairro: JARDIM ELDORADO

Cidade: VILHENA

UF: RO

CEP: 76987061

País: Brasil

Telefone:

Email:

Contrato: Não especificado

Celebrado em:

Valor: R\$ 1.100,00

Tipo de contratante: PESSOA JURIDICA DE DIREITO PRIVADO

Ação Institucional: NENHUM

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: QUADRA 105, LOTE 01-R, SETOR 03

Nº: -

Complemento: -

Bairro: -

Cidade: VILHENA

UF: RO

CEP: 76980000

Telefone:

Email:

Coordenadas Geográficas: Latitude: -12.754773 Longitude: -60.111079

Data de Início: 01/01/2023

Previsão de término: 28/02/2023

Finalidade: Urbana

Proprietário: VICOM DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA EPP

CPF/CNPJ: 05.214.101/0001-89

4. Atividade Técnica

2 - EXECUÇÃO

Quantidade

Unidade

10 - DESENHO TÉCNICO > CFT -> OBRAS E SERVIÇOS - AGRIMENSURA -> CARTOGRAFIA ->
 DESENHO DE PLANTA -> #0758 - DE LOCALIZAÇÃO

7.628,464

m²

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa deste TRT

5. Observações

ELABORAÇÃO DE DESENHO TÉCNICO (PLANTA DE LOCAÇÃO E MEMORIAL DESCRITIVO) CONFORME MATRÍCULA Nº 28.950, REFERENTE AO IMÓVEL URBANO DENOMINADO DE LOTE 01-R DA QUADRA 105 DO SETOR 03, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE VILHENA/RO.

6. Declarações

7. Entidade de Classe

DAVID LUIZ DA
 SILVA:09056521187

Assinado de forma digital por DAVID LUIZ
 DA SILVA:09056521187
 Dados: 2023.02.01 08:49:29 -04'00'

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Responsável Técnico: DAVID LUIZ DA SILVA - CP

Local de data

Contratante: VICOM DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA EPP - CNPJ:
 05.214.101/0001-89

9. Informações

10. Valor

Valor do TRT: R\$ 60,13

Pago em: 30/01/2023

Nosso Número: 8227590736

A validade deste TRT pode ser verificada em: <https://corporativo.sinceti.net.br/publico/>, com a chave: bxb65
 Impresso em: 31/01/2023 às 15:42:56 por: , ip: 177.22.106.250

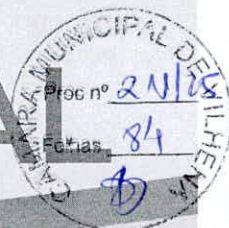
www.cft.org.br

Tel: 0800 016 1515

CFT
 Conselho Federal dos Técnicos
 Industriais



DIÁRIO OFICIAL



Nº 4209

VILHENA-RO, QUINTA-FEIRA, 17.04.2025

ANO XXVIII

dov@vilhena.ro.gov.br

CADERNO I

www.vilhena.ro.gov.br

ATOS DO EXECUTIVO

**DOV - DIÁRIO OFICIAL
DE VILHENA**



**Prefeitura
Municipal
de Vilhena**

FLORI CORDEIRO DE MIRANDA JUNIOR
Prefeito do Município

CENTRO ADMINISTRATIVO SENADOR
DR. TEOTÔNIO VILELA
Av. Rony de Castro Pereira, 4177 - Jd. América
CEP 76980-000 - VILHENA - RO
FONE: (69) 3919-7080

SUMÁRIO

GABINETE DO PREFEITO	1
CONTROLADORIA DE LICITAÇÕES	4
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	5
JUNTA MÉDICA	5
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	6
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	13
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	15
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	16
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	17
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	17
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO	17
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	18
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA	21
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS	21
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNIC DE VILHENA	22
ATOS DO LEGISLATIVO	23

TODOS CONTRA A chikungunya



Para evitar o foco do mosquito:

- ✓ Esvazie recipientes que acumulem água;
- ✓ Guarde ou descarte pneus corretamente;
- ✓ Limpe bem as calhas de casa;
- ✓ Mantenha reservatórios de água bem fechados e limpos;
- ✓ Coloque areia nos pratos de vasos de planta;
- ✓ Amarre bem os sacos de lixo;
- ✓ Não acumule sucata e entulho.

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 64.703, DE 17 DE ABRIL DE 2025

DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA DO IMÓVEL IDENTIFICADO COMO LOTE 01-A DA QUADRA 105 DO SETOR 3.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VILHENA, Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, art. 96, da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 5º, alínea "i", do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

CONSIDERANDO que a ocupação da via pública está consolidada desde 2004 e o desenho geométrico urbanístico atende a função de comunicação e conexão com a rede viária, de acordo com a Ordem nº 518972 no Processo Administrativo Eletrônico nº 20.036/2023; e

CONSIDERANDO que a Vicom Distribuidora Comercial Ltda-ME, representada por suas sócias, renunciou de forma irrevogável e irretroatável o direito de pleito administrativo ou judicial, inclusive a qualquer espécie de indenização, compensação ou ressarcimento nos termos da Ordem nº 1032311 no Processo Administrativo Eletrônico nº 20.036/2023,

DECRETA:

Art. 1º A declaração de utilidade pública para fins de desapropriação indireta do imóvel identificado como Lote 01-A da Quadra 105 do Setor 3, com área de 371,5360m2 (trezentos



DECRETO Nº 64.705, DE 17 DE ABRIL DE 2025

ALTERA O DECRETO Nº 64.328, DE 5 DE MARÇO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VILHENA, Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, art. 96, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Eletrônico nº 6.879/2025,

D E C R E T A:

Art. 1º A alteração do inciso III do art. 2º e o acréscimo de §§ ao art. 9º do Decreto nº 64.328, de 5 de março de 2025, que dispõe sobre as atribuições do gestor e do fiscal dos contratos celebrados pela Administração Pública, que passam a vigor com a seguinte redação:

(...)

Art. 2º Para efeito deste Decreto, considera-se:

(...)

III - fiscalização de contrato: atividade administrativa exercida por meio de agentes designados com a finalidade de acompanhar, monitorar e verificar a execução do objeto do contrato de obras e serviços de engenharia, assegurando que o objeto contratado seja entregue em conformidade com as cláusulas contratuais, especificações técnicas, prazos, qualidade, quantidade e demais condições estabelecidas no contrato, termos e projetos; (NR)

(...)

Art. 9º A designação dos gestores e dos fiscais será realizada por ato administrativo publicado no Diário Oficial de Vilhena.

§ 1º Excepcionalmente, poderão ser designados 2 (dois) gestores para o mesmo contrato, mediante decisão devidamente motivada e indicada no próprio ato, com base em critérios técnicos e administrativos que justifiquem a atuação conjunta, quando a complexidade, a natureza ou a abrangência das obrigações contratuais assim o exigirem, com vistas a assegurar o adequado acompanhamento da execução contratual.

§ 2º A ausência de justificativas plausíveis para a designação de múltiplos gestores ou fiscais de contrato acarretará a nulidade do ato subsequente à primeira designação.

§ 3º Na hipótese de ocorrência de recebimentos indevidos decorrentes de designação injustificada de gestor ou fiscal, será obrigatória a apuração dos fatos e o consequente ressarcimento do dano ao erário, sem prejuízo de outras sanções.

§ 4º O encargo de gestor e de fiscal de contratos não poderá ser recusado pelo agente público, após qualificação técnica sobre sua atuação.

(...)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal.
Vilhena - RO, 17 de abril de 2025.

Flori Cordeiro de Miranda Junior
PREFEITO

DECRETO Nº 64.706/2025

NOMEIA LEIDIANE ALVES MARTINS PARA EXERCER O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETORA DE DEPARTAMENTO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VILHENA, Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, art. 96, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o Memorando nº 305/2025/Semus - Processo Administrativo Eletrônico nº 1.095/2025,

D E C R E T A:

Art. 1º A nomeação, a partir de 22 de abril de 2025, de LEIDIANE ALVES MARTINS para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO - CPC-10, Departamento de Informações e

e sessenta e um metros quadrados, cinquenta e três decímetros quadrados e sessenta centímetros quadrados) e perímetro de 123,67m (cento e vinte e três metros e sessenta e sete centímetros) e a consequente afetação como prolongamento da Rua 314-A.

§ 1º A desapropriação não acarretará indenização em decorrência da passagem do prazo prescricional e da renúncia expressa da Vicom Distribuidora Comercial Ltda-ME.

§ 2º A área objeto da desapropriação está em sobreposição consolidada na via pública denominada Avenida 1º de Maio.

§ 3º A Secretaria Municipal de Terras deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, tomar as medidas necessárias para o cumprimento deste Decreto, inclusive o registro de escritura pública nos cartórios competentes.

§ 4º A Secretaria Municipal de Fazenda deixará de cobrar o Imposto Predial e Territorial Urbana do imóvel referido no caput deste artigo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal.
Vilhena - RO, 17 de abril de 2025.

Flori Cordeiro de Miranda Junior
PREFEITO

DECRETO Nº 64.704, DE 17 DE ABRIL DE 2025

ABRE NO VIGENTE ORÇAMENTO-PROGRAMA UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, NO VALOR DE R\$ 7.000.000,00.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VILHENA, Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IX do artigo 96 da Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e artigo 9º, inciso IV da Lei nº 6.435, de 3 de janeiro de 2025 – Lei Orçamentária, e

CONSIDERANDO a necessidade de aquisição e transporte de material asfáltico que será utilizado na recuperação asfáltica de diversos pontos da cidade, visando reparar trechos deteriorados pelo intenso tráfego de veículos, ação do tempo e condições climáticas adversas; e

CONSIDERANDO o superávit financeiro apurado em 31/12/2024, na conta bancária nº 30.308-9; e

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Eletrônico nº 7.628/2025,

D E C R E T A:

Art. 1º Abre no Orçamento-Programa do corrente exercício financeiro, um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) necessário para reforço da seguinte dotação:

Órgão: 09000 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Unidade Orçamentária: 09001 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

1545100492.261 – Realização de Obras e Serviços de Infraestrutura
3390.39.00.00 25000000 Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica
R\$ 2.022.000,00

4490.30.00.00 25000000 Material de Consumo R\$ 4.978.000,00

TOTAL.....R\$7.000.000,00

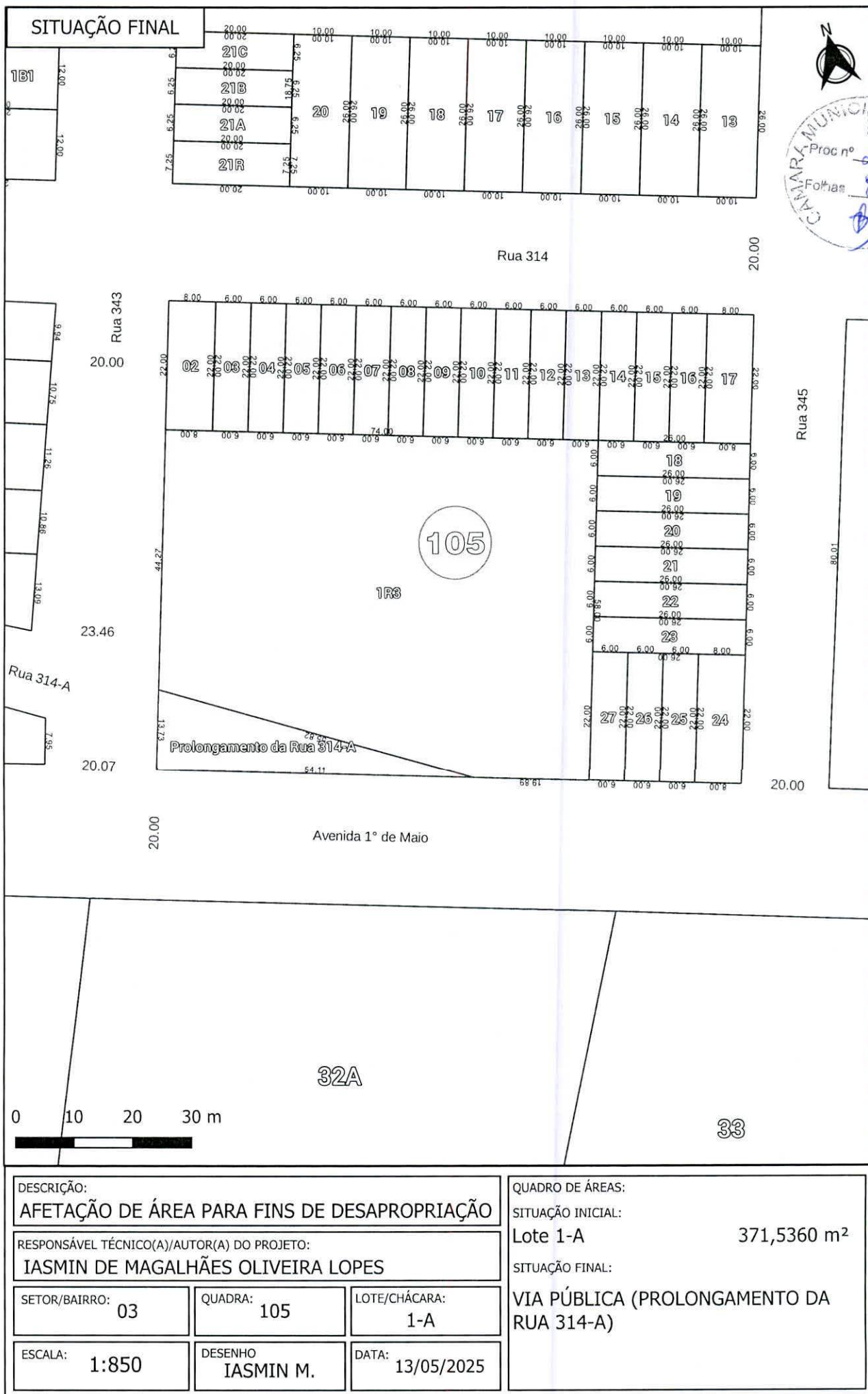
Art. 2º Serão utilizados os recursos provenientes de Superávit Financeiro, de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para dar cobertura ao Crédito.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal.
Vilhena (RO), 17 de abril de 2025.

Flori Cordeiro de Miranda Junior
PREFEITO







Assinado por: Iasmin de Magalhães Oliveira Lopes 13/05/2025
14:50:16 DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE



**MUNICÍPIO DE
VILHENA**
TERRAS



MEMORIAL DESCRITIVO
SITUAÇÃO INICIAL

Localização: Área Urbana da Sede do Município de Vilhena-RO

LOTE 1A		QUADRA 105	
SETOR 03			
Superfície:	371,536 m²		
	(trezentos e setenta e um metros quadrados, cinquenta e três decímetros quadrados e sessenta centímetros quadrados)		
Perímetro:	123,67 m		
	(cento e vinte e três metros, sessenta e sete centímetros)		

Confrontações:

Norte	(direita)	com parte do Lote 1R	(55,83 m)
Sul	(esquerda)	com Avenida 1º de Maio	(54,11 m)
Oeste	(frente)	com Rua 343	(13,73 m)

Lado: Ímpar

Lote de esquina

Largura do acesso - Frontal: 20,07 m
 - Lateral: 20,00 m

Vilhena, 13 de maio de 2025

MEMORIAL DESCRITIVO SITUAÇÃO APÓS A AFETAÇÃO

Localização: Área Urbana da Sede do Município de Vilhena-RO

VIA PÚBLICA (PROLONGAMENTO DA RUA 314-A)

SETOR 03	
Superfície:	371,536 m ² (trezentos e setenta e um metros quadrados, cinquenta e três decímetros quadrados e sessenta centímetros quadrados)
Perímetro:	123,67 m (cento e vinte e três metros, sessenta e sete centímetros)

Confrontações:

Norte	(direita)	com parte do Lote 1R	(55,83 m)
Sul	(esquerda)	com Avenida 1º de Maio	(54,11 m)
Oeste	(frente)	com Rua 343	(13,73 m)

Lado: Ímpar

Lote de esquina

Largura do acesso - Frontal: 20,07 m
 - Lateral: 20,00 m

Vilhena, 13 de maio de 2025



Assinado por: Iasmin de Magalhães Oliveira Lopes 13/05/2025
14:50:10 DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE



Comprovante de transferência eletrônica disponível

Gerenciador Financeiro CAIXA



Tipo de TED:	TED para terceiros
Conta origem:	1825 / 006 / 00000011-3
Tipo de conta:	01 - Conta Corrente
Tipo de pessoa:	JURÍDICA
Nome:	PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
CPF/CNPJ:	04.092.706/0001-81

Banco:	237 - BCO BRADESCO S.A. 0000000 - 60746948
Tipo de conta:	01 - Conta Corrente
Conta destino:	[REDACTED]
Tipo de pessoa:	FÍSICA
Nome:	VERA LUCIA TOFOLO
CPF/CNPJ:	[REDACTED]
Valor:	R\$ 3.286,54
Valor da tarifa:	R\$ 0,00
Finalidade:	10 - Crédito em Conta
Identificação da operação:	PAGTO DE RESTITUICAO
Histórico:	

Data de débito:	27/05/2024
Data / Hora da operação:	27/05/2024 11:10:28

Código da operação:	00113616
Chave de segurança:	MG9SYGL103R5L8ZU

DEBITO REALIZADO COM SUCESSO. A PREVISAO DO CREDITO NA CONTA DESTINO E DE 60 MINUTOS.

Operação realizada com sucesso conforme as informações fornecidas pelo cliente.

Autorizo a CAIXA a debitar o valor da tarifa vigente de TED na data agendada.

SAC CAIXA: 0800 726 0101

Pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

Alô CAIXA: 0800 104 0104



MUNICÍPIO DE VILHENA
Estado de Rondônia
Exercício: 2024

Pagamento Resumido

Filtros: TipoCadastro = 1 | CadastroGeral = 30504 | Exercício = 2019-2023 | Dívida = 2 | VICOM DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA EPP Setor: 003.000 Quadra:105 Lote: 1A

Lote	L.Pref.	Pagto	Cadastro		Exerc. Dv	Sub P	Situação	Data Vncdo	Data Pgto	Data Movto	Valor Pago Calculado	Difer.	Vlr. Est	Código de baixa
85	85	12960738	1 30504	VICOM DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA EPP	2019	2 1	1	17/06/2019	03/05/2019	06/05/2019	185,02	185,02	0,00	0,00 99991900052134009
1461		26602	1 30504	VICOM DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA EPP	2020	2 0	1	16/03/2020	13/03/2020	16/03/2020	431,15	431,15	0,00	0,00 12000000000053327
3858		20253	1 30504	VICOM DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA EPP	2021	2 0	1	12/04/2021	11/02/2021	18/02/2021	437,48	437,48	0,00	0,00 12100000000079717
2470		49964	1 30504	VICOM DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA EPP	2023	2 0	1	14/04/2023	06/03/2023	10/03/2023	519,79	519,79	0,00	0,00 12300000000137198
2660		71883	1 30504	VICOM DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA EPP	2022	2 0	1	11/04/2022	30/03/2022	01/04/2022	64,02	64,02	0,00	0,00 122000000000341888
9615		115901	1 30504	VICOM DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA EPP	2022	2 0	2	11/05/2022	03/05/2022	09/05/2022	63,92	63,92	0,00	0,00 122000000000341889
5060		143264	1 30504	VICOM DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA EPP	2022	2 0	3	11/06/2022	02/06/2022	08/06/2022	63,92	63,92	0,00	0,00 122000000000341890
1461		171334	1 30504	VICOM DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA EPP	2022	2 0	4	11/07/2022	04/07/2022	08/07/2022	63,92	63,92	0,00	0,00 122000000000341891
1251		205505	1 30504	VICOM DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA EPP	2022	2 0	5	11/08/2022	10/08/2022	15/08/2022	63,92	63,92	0,00	0,00 122000000000341892
9092		233553	1 30504	VICOM DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA EPP	2022	2 0	6	11/09/2022	09/09/2022	15/09/2022	63,92	63,92	0,00	0,00 122000000000341893
0060		264694	1 30504	VICOM DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA EPP	2022	2 0	7	11/10/2022	10/10/2022	17/10/2022	63,92	63,92	0,00	0,00 122000000000341894
4473		286397	1 30504	VICOM DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA EPP	2022	2 0	8	11/11/2022	07/11/2022	11/11/2022	63,92	63,92	0,00	0,00 122000000000341895
Total Doc. Informado: 12					Total Pago			Total Calculado		Total Diferença		Total Estornado		Pago Liquido:
Total Parcelas Pagas: 67					2.084,90			2.084,90		0,00		0,00		2.084,90





PARECER TÉCNICO SEMTER		
Assunto	SOBREPOSIÇÃO DE VIA SOBRE LOTE.	
Interessado	VICOM DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA EPP-PROCESSO 1914/2021 e 20036/2023 (digital)	
Relator	Lucas Santos Veronese Varanda	
Órgão	Secretaria Municipal de Terras de Vilhena	Data 26 de Fevereiro de 2024

1-DO OBJETO

O requerente solicitou indenização monetária do imóvel e devolução do valor integral do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) referente ao lote 01-A da quadra 105 do setor 03, alegando perda de usufruto do imóvel devido sobreposição consolidada da via denominada Av. 1º de Maio sobre o mesmo,

O requerimento teve provimento negado quanto a devolução de Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), conforme consta na folha 38 do supracitado processo, entretanto foi devolvido para parecer quanto à sua possível desapropriação por parte do município ou a sua aquisição.

2 – DA ANÁLISE

Conforme imagens de satélite e vistoria *in loco* constatou-se a sobreposição de via pública sobre o lote 01-A, da quadra 105 do Setor 03.



Imagem 01.



■ ÁREA SOBREPOSTA PELA AVENIDA PRIMEIRO DE MAIO.

Mapa esquemático do caso.

É fato que a cidade tem dinâmica própria e a população muitas vezes estabelece seus fluxos e ocupações que acabam se consolidando e definindo a morfologia do tecido urbano, principalmente nas regiões mais remotas onde a infraestrutura pública ainda não alcançou.

Analisando imagens retroativas de satélite, verificou-se a ocupação consolidada da via sobre o lote desde o ano de 2004 pelo menos, conforme demonstrado abaixo.





Imagem 02.



Imagem de satélite.



processo nº 2M/25
Folhas 97
D



O motivo que faz este setor considerar menos oneroso para o município manter a conformação atual da via deve-se ao fato de que um pedido de sua realocação para o desenho original prejudicaria outros direitos de moradia que podem ser requeridos pelos ocupantes das áreas afetadas, como a aplicação de REURB.

Nesse sentido o mais recomendado é a desapropriação do lote para afetação como via pública mediante autorização do chefe do executivo.



Importa ressaltar que a proprietária manifestou interesse concordando com a desapropriação, visto já não fazer uso da área ao tempo em que paga IPTU pela mesma.

É o parecer.

Vilhena, 26 de Fevereiro de 2024.

Lucas Santos Veronese Varanda
Arquiteto e Urbanista
CAU N. A166849-8

